

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE

Luiza de Freitas Ferraz

NUTRIÇÃO NO BRASIL:
surgimento, regulamentação e formas de organização, mobilização e luta dos
trabalhadores, na cidade do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2019

Luiza de Freitas Ferraz

NUTRIÇÃO NO BRASIL:

surgimento, regulamentação e formas de organização, mobilização e luta dos
trabalhadores, na cidade do Rio de Janeiro

Dissertação apresentada como requisito
parcial para a obtenção do título de
Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação
em Educação Profissional em Saúde da
Escola Politécnica de Saúde Joaquim
Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz.

Orientadora: Prof^a Marcela Alejandra
Pronko

Rio de Janeiro

2019

Catálogo na Fonte

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

Biblioteca Emília Bustamante

Marluce Antelo CRB-7 5234

Renata Azeredo CRB-7 5207

F381n Ferraz, Luiza de Freitas
Nutrição no Brasil: surgimento, regulamentação
e formas de organização, mobilização e luta dos
trabalhadores, na cidade do Rio de Janeiro /
Luiza de Freitas Ferraz. - Rio de Janeiro, 2019.
75 f.

Orientadora: Marcela Alejandra Pronko

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação
Profissional em Saúde) - Escola Politécnica de
Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz,
Rio de Janeiro, 2019.

1. Nutrição. 2. Nutricionistas. 3. Movimentos
Sociais. 4. Sindicalismo. I. Pronko, Marcela
Alejandra. II. Título.

CDD 613.2981

Luiza de Freitas Ferraz

NUTRIÇÃO NO BRASIL:

surgimento, regulamentação e formas de organização, mobilização e luta dos
trabalhadores, na cidade do Rio de Janeiro

Dissertação apresentada como requisito
parcial para a obtenção do título de
Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação
em Educação Profissional em Saúde da
Escola Politécnica de Saúde Joaquim
Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz.

Aprovada em 10/07/2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. André Vianna Dantas (FIOCRUZ/EPSJV)

Profa. Marcela Alejandra Pronko (FIOCRUZ/EPSJV)

Profa. Maria de Fátima Siliansky de Andreazzi (UFRJ)

*“O Homem coletivo sente a
necessidade de lutar”*
(Nação Zumbi)

RESUMO

No cenário mundial, a emergência do campo da Nutrição, seja como ciência, política social e/ou profissão, é um fenômeno relativamente recente, característico do início do século XX. O presente estudo tem o objetivo principal de compreender os determinantes históricos nas formas de organização, mobilização e luta dos trabalhadores nutricionistas na Cidade do Rio de Janeiro, a partir da via sindical. Conseqüentemente à formação da categoria da Nutrição, surgem as tarefas de mobilização, organização e luta da categoria. Assim, o Estado burguês criou a necessidade de institucionalização da categoria, através do Sindicato de Nutricionistas do Estado do Rio de Janeiro para moldar e controlar as lutas dos trabalhadores. O ponto de partida teórico-metodológico é o método do *Materialismo Histórico-dialético*. A relevância dessa pesquisa se dá pela importância de se compreender a luta dos trabalhadores nutricionistas enquanto categoria, mas também enquanto classe, haja vista seus determinantes principais: o histórico da profissão; a forma de regulamentação da profissão; a influência das Políticas de Saúde, tanto na formação quanto na inserção no Mercado de Trabalho; as estratégias de luta do Sindicato; e a necessidade de formação de uma consciência de classe.

Palavras-chave: Histórico Nutricionista. Nutricionista Brasil. Lutas sociais Brasil. Movimentos sociais. Sindicalismo.

ABSTRACT

On the world stage, the emergence of the field of Nutrition, whether as a science, social policy and / or profession, is a relatively recent phenomenon, characteristic of the early twentieth century. This study has the main objective of understanding the historical determinants in the forms of organization, mobilization and struggle of nutritionist workers in the city of Rio de Janeiro, from the union path. As a consequence of the formation of the Nutrition category, the tasks of mobilization, organization and struggle of the category arise. Thus, the bourgeois state created the need for institutionalization of the category, through the Rio de Janeiro Nutritionists Union to shape and control workers' struggles. The theoretical-methodological starting point is the method of dialectical-historical materialism. The relevance of this research is the importance of understanding the struggle of nutritionist workers as a category, but also as a class, considering its main determinants: the history of the profession; the form of regulation of the profession; the influence of health policies, both on training and insertion in the labor market; the strategies of struggle of the Union; and the need for the formation of a class consciousness.

Keywords: Historical Nutritionist. Nutritionist Brazil. Social struggles in Brazil. Social movements. Syndicalism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANSC - Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva

ADA - Associação Americana de Dietética

ABN - Associação Brasileira de Nutricionistas

ASBRAN - Associação Brasileira de Nutrição

ANERJ - Associação de Nutrição do Estado do Rio de Janeiro

APNEG - Associação Profissional dos Nutricionistas do Estado da Guanabara

APNERJ - Associação Profissional do Estado do Rio de Janeiro

CNA - Comissão Nacional de Alimentação

CEPANDAL - Comissão de Estudos para Programas Acadêmicos de Nutrição para a América Latina

CONBRAN - Congresso Brasileiro de Nutrição

CFN - Conselho Federal de Nutricionistas

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CRN-4 - Conselho Regional de Nutricionistas da 4ª Região

CME - Coordenação da Mobilização Econômica

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FGTS - Fundo de Garantia por tempo de Serviço

FMI - Fundo Monetário Internacional

IAPI - Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários

INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

INN - Instituto Nacional de Nutrição

LSN - Lei de Segurança Nacional

MPs - Medidas Provisórias

MEC - Ministério da Educação

MST - Movimento dos Sem-Terra

NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

OSs - Organizações Sociais

PLR - Participação dos Trabalhadores nos Lucros ou Resultados das Empresas

PT - Partido dos Trabalhadores

PMA - Programa Mundial de Alimentos

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PL - Projeto de Lei

SAN - Sociedad Argentina de Nutrición

TST - Tribunal Superior do Trabalho

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UFRJ - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UFF - Universidade Federal Fluminense

USAID - Agência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Internacional

VAP - Variedade de Alta Produtividade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO CAMPO	12
CAPÍTULO 2. A REGULAMENTAÇÃO PROFISSIONAL.....	35
CAPÍTULO 3. AS FORMAS DE MILITÂNCIA DOS TRABALHADORES NUTRICIONISTAS, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, A PARTIR DA VIA SINDICAL	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS.....	72

INTRODUÇÃO

No presente trabalho, desenvolveu-se um estudo buscando compreender as formas atuais da organização, mobilização e luta dos trabalhadores Nutricionistas na Cidade do Rio de Janeiro. Isso porque, além de não existirem artigos anteriores com este objeto de estudo - a não ser citações pontuais acerca disto - todos os artigos que se aproximam do objeto ou tratam do histórico da categoria da Nutrição, incluindo suas lutas, não se ancoram nos princípios teórico-metodológicos do *Materialismo Histórico-dialético* de Karl Marx, baseando-se em sua teoria social para a análise do objeto estudado.

A escolha de tal método tem por objetivo primordial entender o objeto em sua essência, para além de sua aparência, tomando como ponto de partida o *real concreto*, ampliando para o abstrato e retornando ao concreto (com um conhecimento outro deste, aprimorado, aperfeiçoado). Assim, o real concreto se dá como ponto de partida e chegada do conhecimento.

No presente estudo, para delimitar e compreender seu objeto, foi feita uma pesquisa bibliográfica e documental, ligadas ao tema. Para tal, optou-se por apresentar o percurso histórico a partir de sua cronologia, ajudando a entender melhor o que seriam as formas de organização, mobilização e luta nos dias atuais.

Compreendendo que o objeto é atravessado por múltiplas determinações, é preciso investigar, aprofundar e fazer uma crítica contundente às variáveis que as compõem, recuperando o histórico que nos ajuda a entender as modificações sofridas na categoria da Nutrição, desde seu surgimento, criação dos cursos de ensino superior, regulamentação da profissão, surgimento do sindicato próprio, até às demandas surgidas a partir disso, tornando necessário lutar contra o que venha a prejudicar os trabalhadores e suas condições materiais concretas.

As formas concretas que, no Brasil contemporâneo, assumiram esses processos, tem como uma de suas consequências, o enfraquecimento da luta, não só da categoria em si, mas de uma luta maior e mais urgente, a das Classes Trabalhadoras¹, perante o avanço

¹ Compreensão, dentro do marxismo, que os camponeses também são trabalhadores, mas não pertencem à mesma classe que o operário ou, o seriam nos dias atuais, as demais categorias profissionais. Ou seja, “Classes trabalhadoras” contempla os trabalhadores do campo e da cidade. No entanto, este conceito não será aprofundado no presente estudo.

dos interesses da classe dominante, a Classe Burguesa, cujos interesses resultam inconciliáveis com os das primeiras.

Sendo a profissão muito recente - menos de 80 anos de história – e, no Brasil, tendo sido regulamentada numa conjuntura de Ditadura Militar, as limitações na formação (currículo, incentivo e crescimento de instituições privadas, entrada de capital estrangeiro para o ensino superior, etc) e vida profissional (elitização da profissão, precarização das relações de trabalho, falta de combatividade do Sindicato, (des) organização dos profissionais), fizeram com que o histórico de luta da categoria fosse um histórico limitado e, em boa medida, institucionalizado. Daí a relevância desta pesquisa para a análise e discussão destas demandas para, a partir disto, propor novas formas de mobilização e organização da categoria na luta entendendo que esta não se finda na própria categoria, mas se estende às Classes Trabalhadoras.

Para tal, este estudo será dividido em 3 capítulos, sendo estes: 1) A construção histórica do campo; 2) A regulamentação da profissão; e 3) As formas de militância dos trabalhadores Nutricionistas, no estado do Rio de Janeiro, a partir da via sindical.

No primeiro capítulo foi delimitado o surgimento da profissão e construído seu histórico, a partir da organização, mobilização e luta de médicos e enfermeiros, principalmente, os quais perceberam, com suas atuações profissionais, a necessidade e a importância da Alimentação e Nutrição para a prevenção e resolução de doenças. Além disso, buscou-se compreender também a relação direta e central destas para com as mazelas sociais relacionadas com a extrema pobreza e a fome, tendo como consequência a criação de Políticas Públicas, em larga medida, compensatórias.

No segundo capítulo, com a profissão de Nutricionista já consolidada mundialmente, foi analisada como se deu sua regulamentação no Brasil. Além disso, foi mostrado como esta regulamentação está diretamente relacionada com a corporativização das lutas dos trabalhadores pelo Estado. Uma forma de limitação e controle destas.

O último capítulo delimita ainda mais o objeto, especificando a Cidade do Rio de Janeiro, buscando compreender as formas de militância dos trabalhadores Nutricionistas, a partir da via sindical. A especificação da via sindical se deu, a partir da limitação das fontes, já que a grande maioria destas, vieram a partir de registros em documentos do

Sindicato dos Nutricionistas do Estado do Rio de Janeiro. A escolha desta cidade e desta Entidade, se deram devido a maior facilidade de coleta dos dados.

Essa discussão levantada nesta dissertação se faz importante, inclusive, do ponto de vista da organização profissional em Saúde, eixo central de trabalho deste Mestrado. Isso porque, quando se extrapola a discussão das respectivas áreas da Saúde, incluindo o aspecto das relações sociais que envolvem os fenômenos, possibilita-se a compreensão de sua essência, não apenas de sua aparência. Este também é o caso da categoria da Nutrição, pois seu histórico de lutas é influenciado pelas diversas conjunturas, ao longo da construção da profissão. Entretanto, para se compreender como tais fenômenos se dão, é necessária sua compreensão para além da categoria, ou seja, como estes se dão de forma ampla nas Classes Trabalhadoras.

CAPÍTULO 1. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO CAMPO

No cenário mundial, a emergência do campo da Nutrição, seja como ciência, política social e/ou profissão é um fenômeno relativamente recente, característico do início do século XX. Entretanto, os primeiros registros da profissão surgiram bem antes disso, pois o mais antigo é feito no Canadá - levantado no "Centro de Classificação Profissional e Ocupações Técnicas" - no qual aponta a atuação das Irmãs da Ordem de Ursulinas em Quebec (1670), que é a ordem religiosa de ensino mais antiga do país (ABN, 1991).

Outros registros apontam que, em 1854, Florence Nightingale - considerada a fundadora da enfermagem moderna e da profissão de Dietista - prestou assistência aos feridos da Guerra da Criméia, em Scutari, onde instalou cozinhas funcionais (ABN, 1991). Florence é considerada a matriarca da enfermagem moderna, pois revolucionou, não só a enfermagem, mas a Saúde e a organização dos cuidados de saúde, a nível mundial, abrindo caminho para uma nova representação social da mulher e profissionalização da enfermagem. (LOPES et al., 2010). Ainda sobre a Guerra da Criméia, em uma cultura hostil, Lopes (2010) coloca que Florence se revelou uma mulher com grande capacidade de trabalho, determinação, gestão e liderança, captando o afeto da população Britânica, sendo aclamada e consagrada como "*the lady with the lamp*" e "*the Angel of the Crimea*".

Depois, as Irmãs de Ordem de Ursulinas passaram a atuar também em Ontário (1867), no ensino da Economia Doméstica (ABN, 1991). Tanto Quebec, quanto Ontário são duas províncias do Canadá. Porém, até 1900, não houveram mais documentos divulgados em relação ao registro da nova profissão que surgia.

Todas essas mulheres citadas aqui, certamente estiveram a frente de seu tempo, não só pela empatia para com o Ser Humano, mas como visionárias e sensíveis às demandas concretas, relacionadas à Saúde em geral e a um dos aspectos fundamentais para a vida humana: a alimentação.

Neste sentido, foi possível pensar - apenas em 1902 - a criação registrada do primeiro Curso Universitário de Dietistas, na Universidade de Toronto (ABN, 1991), também no Canadá.

Cinco anos depois, em 1907, a primeira Dietista profissional foi nomeada no Canadá para o Hospital da Criança Doente, também em Toronto (ABN, 1991), o que faria grande diferença na saúde das crianças e suas chances de recuperação, através de uma alimentação saudável e balanceada. Este hospital é afiliado à Universidade de Toronto, onde foi registrado o primeiro Curso Universitário de Dietistas. Segundo site oficial do *SickKids*, este é o maior centro dedicado a melhorar a saúde das crianças no país. Como inovações em saúde infantil, o *SickKids* melhora a saúde das crianças integrando cuidados, pesquisa e ensino, incluindo profissionais de todas as áreas da saúde e pesquisa (SICKKIDS, S/D).

Tudo parecia caminhar em direção à evolução e aperfeiçoamento da nova profissão - a de Nutricionista - dos novos trabalhadores e das próprias técnicas e tecnologias que vinham surgindo, conforme as novas necessidades, quando, em 1914, eclodiu a Primeira Guerra Mundial, que já havia registrado grandes problemas na provisão alimentar do exército e de outras coletividades, incentivando estudos científicos e cursos específicos em relação à Nutrição (ABN, 1991), tendo durado até 1918.

Com a devastação causada pela guerra e a escassez de alimentos surge a necessidade de se criar não só um mercado específico, mas também uma profissão que desse conta das demandas surgidas à época, na área alimentar. Segundo a ABN, neste mesmo ano, trabalhos científicos relativos a alimentos foram publicados na Itália e Inglaterra - dois países participantes da guerra - pelo Conselho de Pesquisas Médicas do Ministério da Agricultura destes (ABN, 1991).

Em Ohio, acredita-se que a Associação Americana de Dietética (ADA) - fundada em 1917, por um grupo visionário de mulheres - marcava o começo do estudo da Dietética e da Nutrição na América do Norte e Europa (SCHRAIER, S/D). Segundo o site oficial da Associação, o objetivo era ajudar o governo na conservação de alimentos e melhorar a saúde e a nutrição do povo (ADA, S/D), neste momento, sofrendo as consequências da Primeira Guerra Mundial.

No contexto da guerra, a Rússia - após várias derrotas em relação a sua participação na guerra - se viu em meio ao comando dos comunistas no poder, culminando na Grande Revolução de Outubro de 1917.

A preocupação com a fome, como flagelo mundial a ser enfrentado de maneira conjunta por todas as nações, passou a ter maior destaque no início do século XX, após a Primeira Guerra Mundial, principalmente no contexto europeu, em que diversos países tiveram suas economias profundamente afetadas pelos combates. Por isso, o interesse na produção de trabalhos científicos na área de Alimentação e Nutrição.

Durante a Primeira Guerra Mundial, criou-se o termo ‘Segurança Alimentar’, que passou a ser utilizado na Europa, ligado ao conceito de Segurança Nacional, promovendo a ideia de fomentar a capacidade de cada país produzir seus próprios alimentos, evitando embargos, cercos ou boicotes devido a razões políticas ou militares (UFSC, 2010), garantindo a alimentação dos países europeus.

Todavia, com a vitória do comunismo soviético, os Estados Unidos - liderando o bloco capitalista - encontrou o motivo perfeito para fortalecer sua influência sob os continentes, na tentativa de frear o domínio comunista. Com isso, o combate aos flagelos da fome e da extrema pobreza - em escala internacional - passou a ser uma estratégia importante nesta disputa, e deveria ser feito com cooperações internacionais, evitando assim, a instabilidade social e política, tendo um possível processo revolucionário como consequência (SILVA, 2014: p. 9).

Em 1919 - um ano após o término da Primeira Guerra Mundial - foi criada a Liga das Nações, pela emergência de uma nova ordem mundial com o objetivo principal de instituir um sistema de segurança coletiva, promover a cooperação e assegurar a paz futura. Essa liga supervisionava o Tribunal Permanente de Justiça Internacional e várias outras agências e comissões criadas para lidar com os questões internacionais, como a Organização de Saúde, a Organização Internacional do Trabalho, a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (precursora da UNESCO), a Comissão para Refugiados, e a Comissão de Escravatura. Várias dessas instituições foram transferidas para a Nações Unidas após a Segunda Guerra Mundial: a Organização Internacional do Trabalho, o Tribunal Permanente de Justiça Internacional (como o Tribunal Internacional

de Justiça), e a Organização de Saúde (reestruturada como o Organização Mundial de Saúde) todas se tornaram instituições das Nações Unidas (FGV, S/D)².

Em 1924, foi registrada a instituição em Genebra, na Suíça, da Organização de Saúde da Liga das Nações, com foco inicial na crise de endemias que convulsionou a Europa Oriental, após a Primeira Guerra Mundial (WEINDLING, 2006: p. 557). Segundo o autor, esta organização “*inspirou-se no ideal de que a provisão equitativa de saúde e bem-estar social poderia reduzir conflitos sociais internos e ajudar na prevenção de guerras*” (ibidem, p. 556). Em seu artigo, o autor diz que tal ideal foi projetado por reformadores progressista da Saúde Pública que teriam percebido a necessidade de sistemas sociais saudáveis. Weidling completa dizendo que a organização tornou-se um núcleo de especialistas em Saúde Pública, que foram capazes de enxergar além dos limites da política nacional para desenvolver Políticas de Saúde Pública inovadoras (ibidem, p. 557 - 558).

Apesar disso e das cooperações internacionais citadas anteriormente por Silva (2014) em relação aos Estados Unidos no pós-guerra, estes mostraram politicamente isolacionistas, sendo seu Serviço de Saúde Pública, um organismo burocrático. Porém, isso incentivou a América Latina a colaborar com a Organização de Saúde. Neste sentido, o bacteriologista brasileiro Carlos Chagas se ofereceu para coordenar as iniciativas de colaboração (ibidem, p. 557) e, em 1925, pressionou a Liga das Nações para que assumisse o problema da profilaxia da lepra (ibidem, p. 560).

Já em 1926, o professor Pedro Escudero - um médico argentino muito importante por sua enorme contribuição na história da Nutrição - também foi capaz de enxergar além dos limites da Saúde Pública, em geral. Isso porque, após acompanhar os avanços da Ciência da Nutrição nos Estados Unidos e em outros países, criou o Instituto Municipal da Nutrição, em Buenos Aires (SCHRAIER, S/D).

Além disso, ele participou do treinamento de inúmeros profissionais de Nutrição em toda a América Latina e inspirou a criação de outros institutos em outros países (ESCUDERO, 2015). Escudero criou, além do Instituto, a Escola de Nutricionistas, a

² Consulta realizada em sítio da internet. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA%20DAS%20NA%C3%87%C3%95ES.pdf>>. Acessado em 11 de novembro de 2018.

Cátedra de Nutrição Clínica e do Curso Superior de Médicos Dietéticos (LÓPEZ *et al.*, 2012), o que seriam posteriormente chamados de médicos nutrólogos. Neste momento, a Nutrição começou a não ser mais espelho dos trabalhadores enfermeiros e médicos e começou a criar uma identidade própria, como surgimento de trabalhadores Nutricionistas. Está foi uma importante separação para que a categoria fosse forjada e reconhecida com a sua devida relevância.

Ainda neste ano, o Brasil começa a participar ativamente da Organização de Saúde da Liga das Nações, onde, após o comprometimento de Carlos Chagas, de 1926 a 1940, desenvolveu estudos sobre a lepra (WEINDLING, 2006: p. 559).

Em 1927, estudos sobre Nutrição, relevantes à América Latina, foram fundamentais para a colaboração com a Organização, que patrocinou conferências na área - através de T. Saiki, de Tóquio - em Santiago, no Chile (*ibidem*, p. 561).

Pedro Escudero recomendou a criação do Instituto Municipal de Enfermidades da Nutrição, no Hospital Rawson, de Buenos Aires - depois de visitar instituições dedicadas ao tratamento de diabetes e outras enfermidades metabólicas na Europa e EUA - habilitado em 1928 (SCHRAIER, S/D). Surge, também, o Primeiro Programa de Estágio Prático, nos EUA (ABN, 1991).

Entre 1927 e 1930, a Organização publicou estudos sobre mortalidade infantil na Argentina, no Brasil, Chile e Uruguai (BIRN, 2002; SCARZANELLA, 2003 *apud* WEINDLING, 2006: p. 559). Além disso, de 1927 a 1930, Brasil, Argentina, Bolívia, México, Panamá e El Salvador publicaram estudos em relação à Saúde Pública, o que, possivelmente, contribuiu com os estudos e realizações de Pedro Escudero, bem como os futuros inquéritos de Josué de Castro (*ibidem*, p. 559).

Em 1928 e 1938, em colaboração com a Organização, Brasil e México realizaram estudos sobre higiene rural, bem como em 1928 e 1936 o Brasil avançou seus estudos para o problema da febre amarela (*ibidem*, p. 559).

Entre março e setembro de 1929, o nutricionista Etienne Burnet - integrante da Organização de Saúde da Liga das Nações, de 1928 a 1936 - encarregou-se de uma missão na América Latina (*ibidem*, p. 559).

Já em setembro e outubro de 1929, aconteceu mais uma crise no sistema capitalista de produção: a Crise de 1929 ou a quebra da Bolsa de Nova York, também

conhecido como “A Grande Depressão”. Segundo Peláez (1968), este foi o período mais importante da história da formação econômica brasileira - através de um declínio dos lucros do setor das exportações - causando uma profunda crise no setor cafeeiro (PELÁEZ, 1968: p. 16), já que, na Argentina Brasil e México, a base produtiva econômica era, fundamentalmente, primário exportadora com incipiente grau de industrialização (CANO, 2009: p. 603). Além disso, explica a industrialização brasileira à luz da política governamental e seus efeitos sobre a redistribuição das rendas (PELÁEZ, 1968: p. 16).

Segundo Weindling, esta crise, levou às organizações econômicas e técnicas da Liga das Nações a buscar políticas mais voltadas para as melhorias das condições de vida que rapidamente se deterioravam (WEINDLING, 2006: p. 561). Inclusive, tais condições de vida, possivelmente, tiveram como consequência as doenças que estavam sendo e seriam estudadas por países em cooperação com a Organização, bem como, posteriormente, a situação da realidade brasileira em relação a extrema pobreza e à fome, relatadas de forma brilhante nos inquéritos de Josué de Castro e Gilberto Freyre.

Ainda segundo Weindling, a cooperação entre o Escritório Internacional do Trabalho e a Organização de Saúde da Liga das Nações marcou o início de uma fase inovadora para o desenvolvimento da medicina social em bases econômicas, além de organizar pesquisas sobre higiene rural, bem como analisar as relações entre Saúde Pública e seguro contra doenças (ibidem, p. 561 - 562).

A participação do Brasil nestes estudos, em colaboração com a Organização, bem como interesse e investimentos de Pedro Escudero nos estudos na área de Alimentação e Nutrição foi um ponto de partida fundamental para que se começasse a difundir, aprofundar e expandir tal área em outras partes do mundo, incluindo o Brasil, como veremos a seguir.

Como vimos aqui, a profissão teve suas primeiras formas, a partir da militância hegemonicamente feminina, principalmente de enfermeiras. Essas duas categorias ajudaram fundamentalmente a consolidar a Nutrição como uma profissão, e certamente influenciaram as formas de organização, mobilização e luta da categoria, além de sua formação expressivamente composta por mulheres, como veremos ao longo do texto. Isso porque, historicamente, essas são as duas categorias mais antigas da área da Saúde, tanto

em número maior de trabalhadores, quanto devido a maior concentração nos locais de trabalho, além de já serem categorias organizadas e mobilizadas para lutar pelas justas demandas destas e do povo.

No Brasil, o surgimento do campo da Nutrição se iniciou por volta da década de 1930 e houveram muitas mudanças, ao longo do tempo, em sua configuração e nas formas de organização, mobilização e luta. Entretanto, antes de tudo, precisamos falar sobre os aspectos que influenciaram a regulamentação da profissão de nutricionista no país.

Primeiro, a formação social brasileira que, segundo Spink (1985) bem colocou, foi caracterizada pela ausência do modo feudal de produção, somada a um mercado restritamente diferenciado, favorecendo a emergência do que chamou de “*uma estrutura ocupacional ‘aberta’*”, ou seja, sem barreiras jurídicas (p. 24 - 25). Apesar dessa ausência, podemos dizer que o Brasil, historicamente, devido a sua formação, tende a ser um país com traços deste modo de produção, podendo ser considerado uma semicolônia, com práticas semifeudais, assim como afirmará Josué de Castro, posteriormente. Além disso, Spink ainda afirma que, no Brasil, foram introduzidas diversas profissões oriundas de outros países, distantes da realidade brasileira (ibidem, p. 25).

Assis (1972) *appud* Spink (1985: p. 25), apontou que, certas profissões foram criadas e regulamentadas antes mesmo de sua real necessidade ou antes da capacidade de absorção desses novos trabalhadores pelo mercado de trabalho. Esta regulamentação, na década de 1930, está intrinsecamente ligada ao conceito de corporativismo, como veremos adiante.

Em 1930, Getúlio Vargas assume a presidência do Brasil. Segundo Gentile (2014), ele era inspirado pelo conceito de trabalho como um dever social do indivíduo enquadrado no Estado nacional, tal como previsto no segundo princípio da “Carta del lavoro”, em discurso de 1933 (VARGAS, 1938: p. 150 *appud* Gentile, 2014: p. 91). Ainda segundo o autor, esta Carta representou o compromisso entre as diversas concepções corporativas dentro do fascismo, bem como terminava por ser a única reafirmação dos princípios corporativos. Gomes (1998) *appud* Gentile (2014), após a Revolução de 1930, enquanto os técnicos do governo Vargas estavam adaptando a “Carta del lavoro” às Leis trabalhistas brasileiras, o próprio Vargas expôs as diretrizes do “trabalhismo”, cerne da sua política social (p.93).

Segundo Gentile (2014), Getúlio Vargas não escondia sua admiração pelo fascismo, quando em seu discurso, em 1929, disse: “A minha diretriz no governo do Rio Grande [...] se assemelha ao direito corporativo ou organização das classes promovida pelo fascismo, no período da renovação criadora que a Itália atravessa.” (VARGAS, 1938, p. 150 *Appud* GENTILE, 2014: p. 91).

É preciso colocar que existe uma contradição entre o corporativismo e o classismo. Neste sentido, tal corporativismo, defendido e praticado por Vargas, atingiu diretamente a luta dos trabalhadores incluindo os nutricionistas, quando o Estado passou a controlar a luta de classes, neste período, como veremos adiante.

Neste contexto, segundo Vasconcelos (2011a), emergiu a profissão de Nutricionista como parte integrante do projeto de modernização da economia brasileira, conduzido pelo estado nacional populista de Vargas, contexto histórico que delimitou a implantação de bases para a consolidação de uma sociedade capitalista urbano-industrial.

Este projeto se deu, também, devido à reconfiguração mundial da economia, após o *crack da bolsa*, em 1929, nos Estados Unidos. As forças produtivas que o capitalismo desenvolveu até este momento, não encontraram mercado, por isso caíram. Significa dizer que, não puderam sustentar essa enorme acumulação ocorrida até aquele ano, nem mesmo o excedente extraído do trabalho humano e a taxa de lucro produzida por aquele trabalho. Com isso, a economia mundial, bem como os processos produtivos precisaram ser repensados. O corporativismo de Vargas veio para reverter a crise com a intervenção do Estado na economia, com uma perspectiva nacionalista-desenvolvimentista e industrialista.

Neste contexto brasileiro, o presidente surgido de um golpe militar, Getúlio Vargas criou, em novembro de 1930, o Ministério da Educação e Saúde, além do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Surgiram as chamadas Leis de “proteção” ao trabalhador, e o enquadramento dos sindicatos pelo Estado, através de Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931, para mediar conflitos entre patrões e trabalhadores, entendidos agora como órgãos consultivos e de colaboração com o poder público (FAUSTO, 1995).

Entre 1933 e 1935 ocorreu, segundo Gentile (2014), a intervenção do Estado para enfrentar o conflito de classes nos países avançados ou em via de desenvolvimento

(através da criação de uma legislação trabalhista, da incorporação do sindicato e da regulamentação jurídica do dissídio coletivo) e o Estado corporativo como modelo estatal, visto como uma possibilidade de impor ordem à crise do capitalismo e à crise do Estado liberal, sem necessariamente cair no totalitarismo fascista. Com isso, o sindicato perde seu potencial político e fomentador da consciência de classe e ganha um caráter assistencialista.

No entanto, quando se trata das Políticas Trabalhistas de seu governo, as medidas progressistas reformistas como voto secreto, jornada de 8 horas, direito da mulher ao voto, reconhecimento dos sindicatos, têm como objetivo obter uma base social para a nova acomodação de forças no poder e especialmente corporativizar as massas. E, claro, nenhuma medida que tocasse a principal questão: as relações de propriedade da terra e seu o monopólio. Por isso mesmo, Vargas só atacou aquelas oligarquias mais debilitadas do Nordeste. Isso teve um impacto direto na questão da alimentação (produção, distribuição e acesso), de maneira mais cruel nesta região do Brasil - retrato da produção da fome e da miséria - como veremos posteriormente nas análises e críticas ao latifúndio, contidas nos inquéritos de Josué de Castro.

Arruda (2004) muito bem nos coloca que a industrialização do Brasil é mais a consequência de fatores externos do que, de fato, o desenvolvimento interno de uma burguesia industrial. E Fausto (1995), completa dizendo que a crise mundial teve a consequência da produção agrícola sem mercado para a venda dos produtos, a ruína dos latifundiários, o desemprego nas grandes cidades.

Em consequência, no Brasil, surge a necessidade de se melhorar - a partir do populismo de Getúlio Vargas - a qualidade da alimentação do trabalhador, o que aumentaria sua produtividade, por conseguinte, do lucro do patrão. Logo, urge a necessidade de uma nova profissão, que pense especificamente na área da alimentação, tanto enquanto ciência para otimização dos processos industriais, como profissão para atender às novas demandas mercado.

Assim, alterou-se as condições técnicas de trabalho, necessitando-se de força de trabalho especializada. Também alterou-se, por consequência, o ensino superior, a partir destas novas condições e necessidades do mercado de trabalho.

Em diversas áreas o governo de Getúlio Vargas adotou uma postura autoritária. Na área da Educação, tratou de organizá-la de cima para baixo, “*sem promover uma formação escolar totalitária, que abrangesse todos os aspectos do universo cultural*” (FAUSTO, 2000: p. 337). Isso pode nos ajudar a compreender aspectos que foram e ainda são fundamentais para manter uma educação tecnicista, acrítica e biologicista, como é o caso dos cursos de Nutrição que surgiram posteriormente. Esta lógica não seria diferente para os diversos cursos de ensino superior.

No campo científico, surgiu o interesse pelas pesquisas, por um grande grupo de jovens médicos brasileiros que passou a estudar a questão, no campo da Nutrição. Segundo Barros et al. (2003), parte desse grupo surgiu a partir da influência das escolas americana e européia - ainda reflexo das demandas surgidas a partir da Primeira Guerra Mundial - se dedicando à pesquisa biológica, clínica e experimental, desenvolvendo uma área da ciência chamada de 'Fisiologia da Nutrição'. Uma área mais específica, individualizante, voltado, exclusivamente, ao corpo humano e seu funcionamento.

No entanto, ainda segundo o autor, outro grupo - influenciado por Pedro Escudero e sua óptica prioritariamente voltada ao coletivo - optou por estudar a Nutrição na sociedade, procurando definir um padrão de 'alimentação racional' que disponibilizasse, às pessoas, os elementos estudados e preconizados pelos fisiologistas (BARROS, et al., 2003). Coimbra et al. (1982) coloca que o grupo que focou na Nutrição Clínica fornecia ao grupo com foco em Nutrição Social a credibilidade científica necessária para fundamentar suas propostas de intervenção social e política. Este último, garantia, ao primeiro, visibilidade e recursos.

Neste contexto, a partir da divisão por área do campo da Nutrição, surgiram duas vertentes: a biológica (aspectos clínico-fisiológicos individuais), tendo sofrido, como visto até aqui, principal influência de médicos nutrólogos, além de profissionais da enfermagem, desde seu surgimento; e social (produção, distribuição e consumo de alimentos), concepções da escola argentina de Pedro Escudero, introduzida e pensada para a realidade brasileira por Lieselotte Hoeschl Ornellas, a princípio.

Este é um marco no início da construção do campo da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva - ANSC (VASCONCELOS, 2011b), pois, a partir daqui, surge a necessidade de se pensar - dentro da realidade brasileira - a Nutrição para além dos

marcos tecnicistas e/ou biologicistas. Neste momento, percebeu-se a necessidade de se conectar o problema da Alimentação e Nutrição com as demandas sociais, ou seja, era preciso transpassar do âmbito individual e específico, e ampliar para o âmbito coletivo. A exemplo da influência de outros profissionais neste novo campo que surgia, em 1930, se formava na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, um importante nome para as pesquisas na área de Fisiologia da Nutrição, Nelson Chaves.

Em 1931, a Organização da Liga das Nações - após a pressão de Carlos Chagas, em relação ao problema da lepra - concordou com o governo brasileiro e se pôs a disposição para financiar um centro internacional para a pesquisa da doença, sob a responsabilidade do bacteriologista brasileiro, no Rio de Janeiro, publicando relatórios anuais nas edições da Organização, de 1931 a 1939 (WEINDLING, 2006, p. 560 - 561). Um grande e importante avanço, na área da Saúde Pública mundial.

A partir de 1932, o médico Nelson Chaves, começou a escrever artigos na área de Nutrição. Segundo Vasconcelos (2001), entre os anos de 1932 e 1945, Chaves escreveu vinte e três artigos na área de a endocrinologia e/ou fisiologia, e outros dois na área de Nutrição e Saúde Pública.

Segundo Weindling (2006), neste ano, também, o governo chileno se aproximou da Organização da Liga das Nações e passou a cooperar nesta área de estudo da Nutrição e Saúde Pública (ibidem, p. 561), fortalecendo e ampliando suas possibilidades de resolução. Além disso, ocorreu uma mudança política na Organização, em setembro de 1932, a partir do relatório sobre “A depressão econômica e a Saúde Pública”. Neste relatório, foram apontados os defeitos das estatísticas nacionais agregadas, que escondiam a pobreza, sugerindo o relatório estudos sobre morbidez, nutrição e os efeitos psicológicos do desemprego e habitação (ibidem, p. 562).

Os defeitos ocultados nestas estatísticas, são fundamentais para entendermos que os problemas da Nutrição e/ou das mazelas sociais, no âmbito geral, não se findam em si mesmos, mas se expandem à forma de produção capitalista - onde poucos são detentores dos meios de produção, enquanto a maior parte das massas de trabalhadores têm apenas sua força de trabalho para vender - que têm como consequência fundante tais mazelas.

No início da década de 1930, o bacteriologista polonês Ludwik Rajchman já financiava programas relacionados a ampla variedade de fatores sociais que afetaram a

saúde, tais como dieta, ocupação profissional, desemprego e habitação (WEINDLING, 1995a; WEINDLING, 1995b *appud* ibidem, p. 562).

Na área da Nutrição Clínica, em 1932, também, iniciaram-se as pesquisas na área de Fisiopatologia e Nutrição Experimental (COIMBRA *et al.* 1982), possivelmente influenciado pelos escritos de Chaves. Além disso, foi criada a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, tendo atividades de Nutrição e Gastroenterologia.

Neste mesmo ano, ocorreu um fenômeno de tamanha importância para que o campo da Nutrição tivesse a concretude que lhe faltava para que sua configuração pudesse avançar em direção às diversas lutas que foram travadas, a partir daquele momento: a surgimento de pessoas-chave fundamentais para esse processo. Nelson Chaves, sem dúvida foi uma destas, mas havia a urgência de se pensar a alimentação, para além do âmbito apenas técnico, biológico e/ou fisiológico. Neste sentido, urgia a necessidade de se pensar a Nutrição a partir da mais cruel realidade, à época: a miséria e a fome do povo.

Josué de Castro foi um médico nutrólogo, geógrafo, nascido em Recife e realizou a pesquisa "As condições de vida das classes operárias no Recife". Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ele foi pioneiro no Brasil - na década de 1930 - da primeira pesquisa sobre alimentação, nutrição e fome. Castro pesquisou e denunciou as condições subumanas da extrema pobreza, da miséria e da fome, fruto dos tipos de relações sociais e de produção fundantes ao sistema capitalista.

Em seu livro - publicação que traz os resultados de inquérito que realizou junto a 500 famílias de trabalhadores recifenses, em 1932 - estão presentes, em grau diverso, distintas ideias-força que mais tarde seriam tomadas para tipificar o pensamento do autor. Castro realizou um esforço interpretativo do Brasil para além das fronteiras do tema da alimentação, estendendo-se a análises sociológicas não ligadas à questão alimentar, as quais procuram consubstanciar um diagnóstico da sociedade e do Estado (CASTRO, 1937), inclusive estabelecendo alguns pontos de diálogo com a tradição do pensamento social e político brasileiro.

Segundo Gonçalves (2004), Castro, em seu inquérito, conseguiu traduzir as afirmativas de Marx e utilizou-se de instrumentais teóricos marxistas, que são de fundamental importância para entender fenômenos que acontecem dentro da própria

Nutrição, influenciados direta ou indiretamente por estes. Isso porque, ele analisou o imperialismo e o seu desenvolvimento nos países semicolonizados, incluindo o Brasil, ao criticar as classes dominantes e enfatizar o papel da economia, bem como a necessidade de acabar com o latifúndio e o semifeudalismo, pois são os primeiros responsáveis pelas condições de vida subumanas do povo.

Tais práticas, certamente, influenciaram as condições materiais concretas do povo para uma boa alimentação e, até mesmo, minimamente, digna. Para além disso, o conceito de Saúde não envolve apenas a alimentação, mas boas condições mentais e ambientais, o que não ocorria, segundo o inquérito de Castro. O latifúndio estimula e reproduz as práticas semifeudais ao intensificar a expropriação e a exploração da força de trabalho camponesa, bem como a monocultura em larga escala, a fim de aumentar a produção e a mais-valia. Como brilhantemente nos colocou Castro, *“as sociedades estarão radicalmente divididas em apenas dois grupos de indivíduos: o dos que não comem e o dos que não dormem; e dos que não dormem com medo os que não comem* (CASTRO, 1980: p. 22). Apesar disso, o caminho revolucionário não está presente nas proposições do autor. Obviamente, tal conjuntura impactaria diretamente nas práticas dos trabalhadores Nutricionistas.

Segundo Magalhães (1997), ele se encontrava, *"suficientemente legitimado como representante oficial do governo nos assuntos ligados à Nutrição, também no exterior. Tais fatos explicam, em parte, a ampla difusão da obra"*. A partir disto, Josué de Castro passou a demonstrar uma postura crítica em relação aos rumos da Economia e da Política no país, em contraste com seus primeiros escritos. Havia uma preocupação clara com os efeitos da fome sobre a evolução social, o que obscurece a discussão das causas mais profundas do problema alimentar. Como demonstrado até aqui, Castro critica o Estado pela negligência, relacionada aos problemas da miséria e da fome (CASTRO, 1937: p.21). Além disso, a radicalização dos conflitos e as lutas sociais são recusadas, enquanto estratégia para a superação destes problemas.

Entretanto, apesar destas limitações - como todo fenômeno é constituído e atravessado de contradições, como nos demonstrou Marx através do materialismo histórico-dialético - os resultados desses trabalhos serviram para subsidiar a Política Salarial, alguns anos depois, como veremos posteriormente.

Entretanto, segundo o próprio Josué de Castro, a situação de fome que o Brasil sempre esteve mergulhado teria forte conexão com uma contumaz omissão do Estado no trato da questão, tanto pela falta de estabelecimento de Políticas Públicas, quanto pela condução de soluções apenas parciais ou emergenciais, ou pela proteção a interesses privados que prejudicariam o interesse da alimentação das grandes massas (CASTRO, 1937: p. 21). Tais elementos conduziram Castro a preconizar mudanças e pragmatismo nas ações de Estado, visando a acelerar e otimizar a solução do problema ou, pelo menos, achar que conseguiria mudar a condução do Estado, neste sentido.

Em 1933, segundo Fausto (1995), ocorreu uma mudança no âmbito sindical, onde o velho sindicalismo autônomo desapareceu e os sindicatos foram enquadrados na legislação. O Decreto nº 19.770/31 vigorou por três anos, e foi substituído pelo de nº 24.694, de julho de 1934. Segundo o autor, a principal alteração foi a adoção do princípio de pluralidade sindical ou reconhecimento de mais de um sindicato por categoria.

Já na Argentina, no dia 20 de outubro deste mesmo ano, Escudero cria a Escola Municipal de Dietistas, que seria, posteriormente, uma instituição de formação de Nível Superior "*Instituto Nacional de la Nutrición*". As ações do instituto se desdobravam em três áreas: 1) biológica, econômica, psicológica e sociocultural, relacionada com Alimentação e Nutrição; 2) docência para capacitação científica, educação nutricional ao público e documentação com bibliografia nacional e estrangeira; e 3) informação e assessoramento de instituições públicas e privadas em aspectos relacionados com Nutrição (LÓPEZ et al., 2012: p.39). Segundo a *Sociedad Argentina de Nutrición (SAN)*, Pedro Escudeiro coloca que "*El Instituto Nacional de la Nutrición no es aisladamente un hospital, aunque cura enfermos. Ni un laboratorio biológico aunque analiza la vida. Ni un centro de estudios sociales aunque investiga la sociedad. Ni una oficina de asistencia social aunque ayuda a los necesitados*" (SAN, S/D).

Em 1934, Pedro Escudero incorpora a cadeira de Nutrição Clínica na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Buenos Aires e no Curso de Formação de Médicos Dietólogos, atual Curso Superior de Médicos Especialistas em Nutrição da Faculdade de Medicina da Universidade de Buenos Aires (SCHRAIER, S/D). Um importante passo para a propagação e valorização deste novo campo, mas, ao mesmo tempo, uma possibilidade real de apropriação, por parte dos médicos, do exercício

profissional (ou parte dele) da Nutrição, o que ocorre até os dias atuais, dificultando a organização, mobilização e luta por se ter, no imaginário, uma suposta subordinação (inclusive teórica) aos médicos por parte dos profissionais nutricionistas.

Ainda na Argentina, em 1935, a primeira escola de dietistas foi criada, dentro do Instituto Municipal de Nutrição. Segundo Escudero (2015), “*tratava-se de uma formação técnica de caráter universal, isto é, com foco em Alimentação e Nutrição, não apenas do campo clínico-assistencial, mas também da educação, economia e política alimentar*”. Diferente da formação do Brasil, Pedro Escudeiro parece ter pensado em uma formação mais completa, que formasse profissionais mais críticos do que apenas tecnicistas. Porém, Schraier (S/D), em entrevista com Escudeiro, relata que a Escola Municipal de Nutricionistas durou apenas três anos.

No Brasil, a partir da segunda metade dos anos 1930, como Vasconcelos (2002) registrou, o fomento da produção e difusão de estudos científicos na área de alimentos, pelos primeiros médicos nutrólogos brasileiros, contribuiu para a formulação das primeiras medidas e instrumentos da Política Social de Alimentação e Nutrição, os quais começavam a ser implantados no Brasil. Nesta época, passou a se evidenciar uma certa organicidade intelectual com o chamado Estado Populista de Vargas, fortalecedor da capitalismo burocrático³.

Simultaneamente, foram criados os mecanismos e espaços institucionais necessários à formação dos seus novos agentes, seja através de estágios, viagens de estudos ou cursos realizados no exterior, seja através da criação dos primeiros cursos para formação de profissionais em Alimentação e Nutrição, estabelecendo a demarcação das fronteiras definidoras dos limites de competência, de autonomia e de poder entre as distintas especialidades profissionais conformadoras do complexo e interdisciplinar campo da Nutrição que se constituía (COIMBRA et al., 1982; L’ABBATE, 1988; VASCONCELOS, 1999).

³ Capitalismo burocrático é a forma de capitalismo que vigora nas colônias e semicolônias, ou seja, países dominados pelo imperialismo. Nestes países, o capitalismo não surgiu com o desenvolvimento econômico de uma burguesia local, mas com a expansão do capitalismo dos países então colonialistas. Getúlio, como um representante de uma fração da grande burguesia local (a fração burocrática ascendente à época), para sustentar-se no poder buscou conformar uma hegemonia que conciliasse interesses contraditórios da grande burguesia, do latifúndio, classes médias (burguesia nacional) e dos trabalhadores, através de apelos e comoções sociais pela conciliação de classes e união nacional, utilizando-se do populismo abertamente fascista (de 1930 a 1945) (ARRUDA, 2015).

Coimbra *et al.* (1982) diz também que, a nutrologia dizia algo original, no sentido de que o povo tinha que ser ensinado a comer corretamente, exatamente por viver mal e ser pobre, ainda que reconhecesse o caráter limitante da pobreza - assim como o fez, posteriormente, Josué de Castro - o que o discurso da Nutrição afirmava era a necessidade de uma cruzada educativa, que alterasse velhos equivocados hábitos alimentares por uma alimentação racional (COIMBRA *et al.*, 1982: p. 22).

Esta afirmação, em certa medida, corrobora com as discussões travadas nos inquéritos realizados por Castro, embora de uma forma mais superficial e sem ter a centralidade na fome e/ou não pobreza. Neste sentido, o enfoque da ciência para a solução do problema nutricional do brasileiro contribuiu para embasar o início da Política Salarial brasileira (BARROS, 2003), que seria criada no ano de 1936, como veremos posteriormente.

Neste sentido, os resultados dos trabalhos realizados e as idéias dos cientistas a respeito do "problema da alimentação" tiveram grande divulgação. Essa divulgação vinha acompanhada de denúncias sobre a ausência de uma Política Alimentar por parte do Estado, capaz de solucionar o problema (COIMBRA *et al.*, 1982). Tais estudos, possivelmente, ajudaram a construir o que seriam os Cursos de Nutrição, no Ensino Superior, do Brasil.

Em 1935, também, o governo Vargas propôs no Congresso a Lei 38, de 4 de abril - a chamada Lei de Segurança Nacional (LSN) - fruto de uma série de greves que haviam eclodido no Rio de Janeiro, São Paulo, Belém e Rio Grande do Norte contra o fascismo, no ano anterior. Segundo Fausto (1995), sua criação teria provocado manifestações de protestos de sindicatos e alguns jornais.

Esta Lei - a qual foi atualizada anos mais tarde - possivelmente teve consequência direta na organização, mobilização e luta popular, em geral, bem como no clima de medo e "terrorismo" cultivado por este e por outros governos, implicando diretamente, também, no fomento de consciência para as justas e necessárias lutas da categoria da Nutrição, para além dos moldes institucionais, como veremos.

Em 1936 - quatro anos depois de realizar seu primeiro inquérito - onde denunciou a fome e a miséria no país - Castro se tornou membro da "Comissão de Inquérito para Estudo da Alimentação do Povo Brasileiro", realizado pelo Departamento Nacional de

Saúde. A partir de então, passou a receber convites de governos de vários países para falar sobre a questão da Alimentação e Nutrição (GONÇALVES, 2004).

Em 14 janeiro de 1936, houve a instituição do Salário Mínimo - como já mencionado anteriormente - através da Lei nº 185, regulamentada pelo Decreto-Lei nº399, de 30 de abril de 1938, considerava que ele deveria garantir, entre outros itens, uma ração especial mínima, teoricamente capaz de prover o aporte nutricional necessário ao trabalhador (BARROS et *al.*, 2003). Segundo Barros et *al.*, este Decreto foi um fruto das pesquisas de Josué de Castro, em 1932. Esta afirmação foi, possivelmente, por conta dos resultados estatísticos da desnutrição em relação à qualidade e quantidade de alimentos, bem como de suas críticas em relação à miséria e à fome. Então, dentro deste Decreto, foram elencados os itens básicos que deveriam conter na alimentação do brasileiro à época - a chamada ração essencial mínima - bem como seus demais inquéritos dentro do Departamento Nacional de Saúde.

Este Decreto regulamentou: 1) o Salário Mínimo; 2) o trabalho em domicílio; 3) as regiões zonas e subzonas as quais abrangem; 4) a constituição das comissões; 5) as atribuições das comissões de Salário Mínimo; 6) a fixação do Salário Mínimo; e 7) o grupo de alimentos equivalentes aos da Ração, sendo estes: Tipo I) Carnes verdes. Carnes conservadas: Xarque, Seca, Vento, Sol, Vísceras, Aves, Peixes, Peixes conservados, Camarão, Caranguejo, Sirí, Tartaruga, Caça, Mexilhões; II) Queijo, Manteiga; III) Banha, Toucinho, Óleos vegetais; IV) Cereais, Arroz, Milho; V) Farinhas, Mandioca, D' água, Lentilhas, Feijão, Fruta-pão, Raízes (Mandioca, Aipim, Batata, Batata doce, Inhame, Cará, Pão de milho (simples ou misto) - Broa); VI) Leguminosas, Feijão, Ervilha, Lentilha, Guando, Fava; VII) Hervas: Azedinha, agrião, alface, bertalha, carurú, acelga, couve, repolho, espinafre, nabiça, etc, Frutas: Abóbora, abóbora d'água, chuchu, quiabo, jiló, pepino, maxixe, tomate, berinjela, etc, Raízes: Cenouras, nabo, rabanete, beterraba, etc; VIII) Frutas: Banana, laranja, tangerina, lima, cajú, manga, abacate, abacaxi, mamão, sapotí, melancia, goiaba, figo, abricó do Pará, castanha do Pará, etc; IX) Açúcar, Melado, Melaço, Rapadura, Mel; X) Café - Mate; Grupo essencial: Leite (X); e Extra: Ovo (XX) (BRASIL, 1938).

Sem o estabelecimento do salário mínimo - baseado, também, nos itens da ração essencial mínima - não seria possível promover uma condição material mínima, que

garantisse certo poder para a aquisição de tais itens, bem como para a inversão do grave quadro nutricional que se instalara no país, principalmente para os grupos mais atingidos pelas mazelas consequentes do funcionamento do sistema. Segundo Cardoso (2015), essa razão foi considerada um marco no campo da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva (ANSC), em relação às Políticas Públicas, no Brasil.

Alguns anos mais tarde, quem iria contribuir enormemente com a ANSC no país era a brasileira Lieselotte Hoeschl Ornellas. Ela foi da primeira geração de nutricionistas, que cursaram Nutrição na Argentina, composta por duas enfermeiras. Em 1936, Ornellas ingressou no Curso de Enfermagem e, ao concluí-lo, aceitou uma bolsa de estudos para fazer o curso de Nutrição no Instituto Municipal de Nutrição, do Professor Escudero, também na Argentina, período em que começou a tomar forma a profissão de nutricionista no Brasil (BARREIRA, 2006: p. 562). Lieselotte Ornellas tinha uma consciência extremamente humanista e sua participação como profissional e docente, durante 66 anos, contribuiu de forma singular para o desenvolvimento da Enfermagem e da Nutrição no Brasil, baseada em sua experiência na Argentina (ASBRAN, S/D)⁴.

Porém, é importante não perder de vista que, no contexto geral da Educação brasileira, Fausto lembra que, *“mesmo no curso da Ditadura do Estado Novo (1937-1945), a Educação esteve impregnada de uma mistura de valores hierárquicos, de conservadorismo nascido da influência católica, sem tomar forma de uma doutrinação fascista”*. Francisco Campos - que outrora (1931), havia feito a Reforma do Ensino Superior - como ministro da Justiça, à época, redigiu a carta de 1937 que instaurou o Estado Novo (FAUSTO, 2000; p. 337).

Na verdade, a Educação no Brasil já nasceu com a influência direta da Igreja Católica, desde a colonização, com a catequização dos povos indígenas aqui encontrados. A partir daí, o ensino foi dividido entre ensino técnico - destinado aos trabalhadores em busca de emprego - e o ensino humanista - destinado à pequena-burguesia, a qual iria, futuramente, compor os diversos escalões da administração pública. Significa dizer que, a educação geral já foi criada nestes moldes, obviamente, influenciando - direta ou indiretamente - todos os outros níveis de ensino, de todas as demais categorias, para além

⁴ Consulta em sítio de internet. Disponível em: <<http://www.asbran.org.br>>. Acessado em 22 de novembro de 2018.

da Nutrição. Isso certamente, impactará as formas de organização, mobilização e luta, não só da categoria, mas das Classes Trabalhadoras, de forma ampla e difundida.

Em 17 Fevereiro de 1938, o Instituto Municipal de Nutrição, na Argentina, se transforma em um Instituto Nacional da Nutrição (INN), no qual Ornellas havia aceitado uma bolsa de estudos dois anos antes. A partir da Escola Municipal de Nutricionistas, no INN, foi fundado o internato, regulamentada a profissão de nutricionistas e dotada a Escola com os recursos necessários para sua ação eficiente (SCHRAIER, S/D).

Diferentemente deste contexto crítico da escola argentina de Nutrição, como discutido anteriormente, a forma autoritária de comando da Educação que o governo de Getúlio Vargas implementou, somado a influência conservadora da Igreja Católica, nos ajuda a compreender como se configuraram, também, os Cursos de Nutrição no Brasil.

Em 1939, surgiu o primeiro Curso de Nutrição no país, na Universidade de São Paulo, por iniciativa do médico Geraldo de Paulo Souza, no Instituto de Higiene de São Paulo. Além disso, foram criados os cursos técnicos de nível médio para formação de nutricionistas-dietistas (embriões dos Cursos de Nutrição). Um marco importantíssimo para os trabalhadores e suas formas de organização, mobilização e luta, agora, de maneira mais concentrada e bem definida.

Em 31 de agosto deste mesmo ano, foi fundada a Associação Brasileira de Nutricionista (ABN), antiga Associação Brasileira de Nutrição (ASBRAN), sendo a primeira entidade ligada à profissão (CARDOSO, 2015). Segundo site oficial, a ASBRAN criou o *Prêmio Lieselotte Ornellas - Nutricionista Destaque no Brasil*, que foi lançado no Congresso Brasileiro de Nutrição (CONBRAN), em 2014. Este prêmio é definido como uma honraria que reconhece o mérito do trabalho do nutricionista que contribui com o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural da ciência da Nutrição e com a promoção e reconhecimento social da categoria (ASBRAN, S/D).

Segundo a SAN, em 1939, o INN passa a oferecer bolsa de estudo aos países latino-americanos, um marco na formação do Nutricionista, na América do Sul. Tudo isso, foi possível através do Professor Pedro Escudero. O instituto usou a maior parte do dietistas graduados em suas divisões para: alimentos, secretaria técnica, laboratório biologia experimental, educação em educação superior, média, primária e popular (SCHRAIER, S/D).

Em 1939, também, eclode a Segunda Guerra Mundial, que durou até 1945. Segundo Coggiola (2015), as causas da guerra eram estruturais do sistema e, inicialmente, “*se manifestaram na derrubada da precária ordem mundial pós-Primeira Guerra. Logo após o abandono da Liga das Nações (da qual não faziam parte os Estados Unidos) pelo Japão, foi a vez da Alemanha retirar-se*” (COGGIOLA, 2015: p. 11). Segundo o autor, esta foi, ao mesmo tempo, um conflito interimperialista e contrarrevolucionário, onde se pretendeu interromper de vez o processo revolucionário iniciado em 1917, já abalado pelo isolamento da revolução soviética e pela vitória do nazismo na Alemanha e avanço do fascismo mundial (ibidem, p. 23), como mais uma tentativa de frear a força revolucionária e a capacidade organizativo do povo.

Durante esta guerra (1939 - 1945), o conceito de Segurança alimentar e Nutricional ganhou força, apesar de já ter surgido na Primeira Guerra Mundial, a partir da constituição da Organização das Nações Unidas – ONU, em 1945, como veremos a seguir.

Como ao final de toda guerra, a reestruturação de países devastados levam a pensar na sua recuperação e desenvolvimento pós-guerra, que deveria vir acompanhado da melhora da qualidade de vida, o que, segundo Vasconcelos e Garcia (1998), deveria incluir “*as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)*” (p. 205). Porém, é importante salientar que, apesar da possível melhora desses indicadores, sua resolução definitiva só será possível em outra forma de produção e de relações sociais, que não as do sistema capitalista, ou seja, em outro tipo de sistema.

Após reconhecida a importância dos inquéritos de Josué de Castro, entre 1939 e 1941, ele se tornou o idealizador, organizador e diretor do Serviço Central de Alimentação, depois seria transformado no Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), em 5 de agosto de 1940 - no primeiro governo de Vargas - através do Decreto-Lei nº 2.478 (VASCONCELOS, 2011b).

O SAPS era dirigido por um Conselho formado, em sua maioria, por médicos nutrólogos, tendo à frente Josué de Castro, até 1941. Nesse momento e dessa forma, esse

grupo de cientistas agrega-se à máquina pública, vindo a comandar, por longo tempo, as instituições responsáveis pela execução da política alimentar do Estado brasileiro (L'ABBATE, 1988 *apud* BARROS *et al.*, 2003).

O SAPS teve importância primordial na história da Política de Alimentação e Nutrição no país (*ibidem*). Entretanto, a descrição deste Decreto-Lei, deixa claro a já denunciada subjugação nacional ao imperialismo - e a consequente manutenção da força de trabalho - para a reprodução mais eficiente e eficaz do Capital, além de atender às demandas do mercado - quando diz que “*os estudos efetuados pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, no sentido de se melhorar a alimentação do trabalhador nacional e, conseqüentemente, sua resistência orgânica e capacidade de trabalho, mediante a progressiva racionalização de seus hábitos alimentares*” (BRASIL, 1940: p. 1).

A partir da década de 1940, no Brasil, a perspectiva social da Nutrição originou a Alimentação Institucional, voltada à administração, no sentido de racionalização da alimentação de coletividades sadias e enfermas (CARDOSO, 2015). Entretanto, o conceito da SAN só foi estabelecido muitos anos depois, em 2006. Posteriormente, será detalhado tal conceito.

Em 1940, também foi criada, segundo Cardoso (2015), a Fundação da Sociedade Brasileira de Nutrição (SBN), entidade de caráter técnico-científico e cultural, que passaria a defender os interesses dos profissionais do campo, particularmente dos médicos nutrólogos. Ainda tiveram origem a área de Nutrição Clínica e Alimentação Institucional ou de Refeições Coletivas - a partir das demandas vindas da Nutrição Social - como veremos a seguir.

Em 1941, corroborando e reafirmando esta análise sobre o governo de Getúlio Vargas, foi criada a Coordenação da Mobilização Econômica - CME, que incluía um Serviço Técnico de Alimentação Nacional, com o objetivo de orientar a produção agrícola e industrial de alimentos e racionalizar a produção agropecuária e a comercialização, além de prestar assistência técnica à indústria através de um laboratório de tecnologia de alimentos (SILVA, 1995). Este é mais um elemento que compõe o já denunciado fortalecimento do latifúndio, por parte de seu governo.

De 1942 a 1944, após deixar o Conselho, Castro assume o posto de presidente da Sociedade Brasileira de Alimentação (SBA) (GONÇALVES, 2004). Este foi o primeiro órgão de política instituído no Estado brasileiro. Sua criação foi precedida de duas medidas governamentais: o Decreto-Lei nº 1.228, de 2 de maio de 1939, estabelecendo a obrigatoriedade de instalação de refeitório para as empresas com mais de quinhentos trabalhadores e, sobretudo, a criação, em 2 de outubro do mesmo ano, do Serviço Central de Alimentação, no Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários - IAPI (L'ABRATE, 1988 *apud* TOLOZA, 2003). Com sua criação, o Estado brasileiro assume o papel de conduzir uma política que, teoricamente, buscasse solucionar o problema demonstrado pelos cientistas.

A alimentação passa, então, da condição de apenas mais um campo do saber para a de uma política pública (BARROS *et al.*, 2003). Nessa perspectiva, Coimbra *et al.* (1982) observam que, na política brasileira, os grandes pensadores da nova ciência que surgia tinham o saber técnico, mas não o poder. E completam dizendo que, ao contrário, o Estado, que tinha demasiado poder, não possuía o saber. Com isso, a nutrição entra no Estado e se politiza, conseqüentemente, este abre a espaço para a Política de Alimentação no Brasil.

Em 1943, o SAPS formava a primeira turma de Nutricionistas, e neste mesmo ano, pelo Decreto-Lei nº 5.443, de 30 de abril, criaram-se cursos técnicos e profissionais na área de Nutrição, bem como trabalhadores para executar as tarefas de copa e cozinha (L'ABRATE, 1988 *apud* TOLOZA, 2003). Este curso foi extinto em 1967, num momento em que o padrão de relacionamento entre o Estado e a sociedade alterou-se radicalmente (*ibidem*), conjuntura detalhada posteriormente.

Durante a existência do SAPS, este sofreu diversas alterações em seu perfil de funcionamento e em seus objetivos técnicos e políticos. Segundo Toloza (2003), “*a necessidade de se promover educação alimentar da população, bem como de contar com técnicos para a execução das várias atividades necessárias ao setor, esbarrava com a falta de pessoal*” (p. 22).

Em 1944 foi criada a 1ª revista brasileira de Nutrição "Arquivos Brasileiros de Nutrição" (CARDOSO, 2015), primeira revista científica brasileira neste campo

específico do conhecimento, que iria contribuir muito para a propagação dos estudos científicos no país.

Antes do término da Segunda Guerra Mundial, instituições privadas como a Fundação Rockefeller e Fundação Ford - a partir da percepção que, na agricultura, existiria uma oportunidade para a reprodução e expansão do capital - começaram a investir em técnicas para melhoramento de sementes - principalmente trigo, arroz e milho - chamadas de Variedade de Alta Produtividade (VAP), no México e nas Filipinas. Além disso, também foi investimento em maquinário, para suprir demandas do plantio até a colheita (ANDRADES *et al.*, 2007: p. 45).

Na verdade, esta técnica serviu para que estas sementes - base da alimentação mundial do povo - fossem capazes de germinar e se reproduzirem em larga escala e fora de sua sazonalidade natural, prejudicando os solos e a qualidade nutricional do alimento em prol dos interesses do capital, com objetivo de aumento de produtividade e mais-valia. Tais inovações técnicas, na agricultura, deram origem ao que foi chamado de “Revolução Verde”, e completaram seu ciclo com os chamados pacotes tecnológicos, no pós-guerra.

Neste período, muito sob a influência desta nova forma de extração de lucro e expansão da exploração capitalista, a Nutrição ganha espaço em escala mundial, a partir da criação das agências internacionais como a ONU, FAO, OMS e PMA, como veremos a seguir.

CAPÍTULO 2. A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO

A partir do surgimento dos cursos de nível superior em Nutrição do país, houve a necessidade, também, de se regulamentar a profissão, como veremos a seguir. É importante salientar que a regulamentação das profissões, incluindo a de Nutricionista é, ao mesmo tempo, uma forma de criação de uma identidade própria, com demandas específicas, bem como uma forma de delimitação e controle da atuação profissional e das lutas dos trabalhadores, por parte do Estado. Esta delimitação e controle é feita através da criação de Políticas Públicas, Leis e Entidades da categoria. Estas formas de institucionalização dos interesses dos trabalhadores é indissociável da lógica corporativista, criada nos anos 1930 no Brasil, estando, assim, sob o comando do Estado. Tal perspectiva é a clara contradição entre corporativismo e a luta de classes, pois, enquanto a segunda luta para atingir a verdadeira liberdade do povo (que em nada se aproxima da “dita” liberdade democrática burguesa), o primeiro luta para que esta verdadeira liberdade não possa ser alcançada, apropriando-se desta e criando mecanismos preventivos ou punitivos para manter o controle geral do povo.

Além disso, é importante lembrar que o conceito de Estado que será trabalhado aqui é de um Estado de classes, com sua divisão clara e antagônica entre as Classes Trabalhadoras e a Classe Burguesa. Neste sentido, Marx e Engels já haviam percebido e descrito o caráter de classe do Estado, o de classe burguesa. Estado este que, para além de simples *comitê da burguesia* (MARX E ENGELS, 2005), é uma *relação*. É a própria luta de classes, “constituído-atravessado” por ela (POULANTZAS, 1977, p. 23), tanto na *sociedade civil*, quanto na *sociedade política* (GRAMSCI, 2011). Entretanto, a discussão sobre tal conceito, não será aprofundada neste trabalho, mas servirá para guiar as análises ao longo deste.

Retomando o que foi dito no Capítulo 1, após a Segunda Guerra Mundial, a partir de 1945, vieram à tona as discussões sobre desenvolvimento, dando maior destaque ao setor econômico, tendo em vista que este é uma prioridade dentro de um sistema capitalista. Segundo Sunkell e Paz (1988), terminado o conflito bélico - resultado de fatores econômicos, políticos e históricos muito profundos, que não cabe analisar aqui - o tema foi discutido por todos os países, principalmente os aliados (liderados pela União

Soviética, Estados Unidos e Reino Unido), para que se pudesse reerguer suas respectivas economias. Estes países visavam livrar o mundo - e seus próprios territórios - das contradições que os perseguiram (e ainda perseguem) nos períodos anteriores: guerra, desemprego, miséria, discriminação racial, desigualdades políticas, econômicas e sociais. Dentre estas, as condições de saúde e alimentação do povo também foram consequências do pós-guerra, o que traria consigo a criação de agências internacionais de ajuda alimentar, novas relações de produção, novas necessidades dentro do mercado de trabalho, influenciando diretamente a profissão dos Nutricionistas.

Dentre estas contradições do sistema capitalista, uma importante a ser destacada, neste sentido, é a contradição entre a chamada “Revolução Verde” e acumulação primitiva de capital, relacionadas com a questão da fome. Isso porque, dentro da lógica capitalista, Marx já havia percebido, primeiramente, que a acumulação primitiva de capital se fazia por meio da transformação das relações de reprodução para que se criasse o trabalho assalariado, enquanto os métodos de produção permaneciam os mesmos. Mas este tipo de acumulação ainda não é capaz de explicar a da Revolução Verde.

Entretanto, posteriormente, Marx percebeu que esta acumulação estaria predominantemente na centralização e concentração do capital, utilizando cada vez mais capital. Para isso, foi preciso um sistema de crédito que possibilitasse maior difusão e utilização desta maior quantidade de capital. Isso, visando sempre a estratégia de aumento da produtividade.

A Revolução Verde, como já descrito no Capítulo 1 do presente trabalho, surgiu com o discurso hegemônico de erradicar a fome, através da maior possibilidade de produção e em maiores quantidades dos alimentos que eram a base da alimentação do povo, principalmente trigo, arroz e milho (os alimentos com grande exportação).

Todavia, esta foi uma nova ferramenta usada para colocar em prática a velha estratégia capitalista de acumulação primitiva, mas com uma nova roupagem, com o discurso engajado que o povo necessitava para acreditar que a questão da fome, finalmente, seria solucionada, via Revolução Verde. Isso porque, esta Revolução, visando o aumento da produtividade, traria a modernização de técnicas e maquinários agrícolas para os produtores. Entretanto, para tal, seria necessário que estes produtores aderissem aos pacotes tecnológicos. Mas sem a possibilidade de pagar por tais pacotes, seriam

abertos sistemas de créditos para que os produtores pudesse ter acesso. Esta foi uma estratégia usada para centralizar e concentrar o capital.

Para além disso e aproximando-se da Alimentação e Nutrição, a Revolução Verde impactou diversos setores da sociedade, mas também teve impacto direto na saúde humana. Isso porque, por um lado, existe uma Divisão Internacional do Trabalho, onde a produção dos produtos primários, como os agrícolas, é imposta aos países “ditos” de Terceiro Mundo, os periféricos, como o Brasil.

Por outro lado, para o aumento da produtividade destes produtos, era necessário, além da aquisição dos pacotes tecnológicos, o aumento do uso de agrotóxico. Sendo assim, o consumo frequente de agrotóxico, contido nos alimentos, ao longo da vida, pode desencadear doenças como câncer. Neste sentido, segundo estudos de Rosa (1998), existem casos de morte por envenenamento agudo de trabalhadores do campo, que manuseiam diretamente estes produtos químicos, pelo seu alto grau de toxicidade. Além de doenças respiratórias, distúrbios mentais, lesões hepáticas e renais, pela longa exposição a estes tóxicos (ROSA, 1998 *apud* ANDRADES *et al.*, 2007: p. 52).

O fantasioso “mundo encantado da Revolução Verde”, era tão exploratório (das Classes Trabalhadoras, em especial, os camponeses), quanto mais se mostrou “solucionadora dos problemas mais justos do povo”, visto que, para que o agricultor “desfrutasse” dos benefícios da dita modernização da agricultura, ele deveria aderir aos pacotes tecnológicos. Corroborando com isso, Rosa (1998) nos colocou que, nos países “subdesenvolvidos”, para tal acesso, foi necessária a criação de uma política de ampliação de crédito através de convênios intergovernamentais, objetivando financiar insumos e maquinários agrícolas importados (ROSA, 1998 *apud* ANDRADES, 2007: p. 48).

É verdade que existe um aumento de produtividade agrícola, mas isso não significa garantia de acesso e/ou disponibilidade destes alimentos para o povo. Isso porque, possivelmente, o povo pode não ter possibilidade de compra dos alimentos, nem mesmo ter acesso.

Isto também se deu por conta da crise de abastecimento de alimentos, em grande parte dos países industrializados, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Nesta conjuntura, o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) ganhou força,

principalmente com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU). Apesar disso, este conceito já tinha começado a ser utilizado na Europa, durante a Primeira Guerra Mundial.

Esse conceito possibilitou um melhor conhecimento da situação alimentar sob três aspectos: quantidade, qualidade e regularidade ao acesso (BELIK et al., 2000). Além deste conceito de SAN e, diferente do discurso propagado em volta do conceito de Revolução Verde, o autor ressalta que o acesso aos alimentos é diferente da sua disponibilidade, pois estes podem estar disponíveis, no sentido de terem sido produzidos, mas não necessariamente estarem disponíveis para as camadas mais pobres do povo, ou seja, para a maioria. Em relação à qualidade, ele se refere a consumir os alimentos sem riscos de contaminação ou apodrecimento, e a regularidade diz respeito ao acesso constante à alimentação, ao menos três vezes ao dia.

Como dito anteriormente, o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional ganhou força, principalmente após a criação da ONU, na Conferência de São Francisco (ABN, 1991), em 24 de outubro de 1945, data em que *Carta das Nações Unidas* entra em vigor. Segundo registro desta *Carta*, assinada em em 26 de junho, esta servia para a cooperação internacional, mediação de conflitos entre as nações, baseado no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos para a paz universal (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945: p.5).

A partir das mazelas de destruição, miséria e fome - fruto desta crise pós-guerra - ocorreu a criação de agências internacionais, tanto para a garantia da segurança das nações e da paz entre elas, quanto a tentativa de minimização dos efeitos de tais mazelas. Neste sentido, em 1 de outubro de 1945, foi criada a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), com sede central em Roma. A FAO é uma agência especializada das *Nações Unidas* que - segundo o próprio site oficial - “*lidera os esforços internacionais para combater a fome*” (NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, S/D).

No decorrer da Segunda Guerra Mundial, a Nutrição havia emergido em escala mundial e se consolidou dentro dos espaços institucionais. Assim, pode-se identificar que a emergência do campo da Nutrição em Saúde Pública, dentro do contexto internacional, ocorreu especificamente no interior destas agências especializadas da Organização das Nações Unidas (ONU), tais como o Fundo de Emergência Internacional das Nações

Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) (COIMBRA et al., 1982; L'ABBATE, 1988). Além desses, segundo Vasconcelos (2011b) surge, o Programa Mundial de Alimentos - PMA.

Segundo o próprio site oficial das *Nações Unidas no Brasil*, a FAO tem as seguintes atuações: 1) na assistência técnica aos países em desenvolvimento e cooperação Sul-Sul, com a formulação e execução de políticas e projetos de assistência técnica em apoio de programas nas áreas agrícola, alimentar, de desenvolvimento rural, florestal e pesqueira e para a cooperação Sul-Sul; 2) Assessoramento aos governos, sobre política e planejamento agrícola, desenvolvendo legislações e criando estratégias nacionais (NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL, S/D).

Ainda segundo o site, no Brasil, a FAO atua diretamente na formulação das políticas como no Programa Fome Zero, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, Programa Nacional de Alimentação Escolar, além de programas ligados ao Meio Ambiente e Educação (em universidades).

A criação de tais programas foi importante. Porém, é preciso não perder a crítica e a perspectiva do porquê que tais programas com promessas grandiosas e globais foram criados. A criação foi a partir de uma demanda, surgida com as mazelas consequentes do próprio funcionamento do sistema capitalista, agravadas pela guerra. Menos ainda, quantas vidas custaram para que se fizesse necessário sua criação.

Não por acaso, em 1945, no Brasil, também foi instalada a Comissão Nacional de Alimentação (CNA) por Getúlio Vargas - através do Decreto-Lei nº 7.328 - com funções de definir a Política Nacional de Alimentação, estudar o estado de nutrição e os hábitos alimentares da população, acompanhar e estimular as pesquisas relativas às questões e problemas de alimentação, trabalhar pela correção de defeitos e deficiências da dieta brasileira estimulando e acompanhando campanhas educativas, e contribuir para o desenvolvimento da indústria de alimentos desidratados (SILVA, 1995). Este Decreto-Lei não deixa claro os motivos do desenvolvimento da indústria de alimentos desidratados.

O cenário de destruição, fome e pobreza foi acentuado pela guerra e pela crise mundial de alimentos. O Nordeste brasileiro, historicamente esquecido e sem Políticas

Sociais efetivas, foi um dos locais mais atingidos e com tais mazelas. Entretanto, isto dá a concretude necessária para que o Médico Nutrólogo Josué de Castro pudesse realizar seu inquérito e se tornar uma figura importante, mas não a única, a denunciar os flagelos da fome e a extrema pobreza naquela região.

A partir do lançamento de seu livro *Geografia da fome*, Castro ficou em evidência em diversas lutas. Mas este não é um motivo para esquecermos os diversos participantes do povo nesta luta, apesar do reconhecimento da importância da publicação deste inquérito. Sua entrada em instituições governamentais e agências internacionais, influenciou tal destaque, como veremos a seguir. No entanto, isso não significa, nem de perto, que Castro seja o protagonista a frente das lutas que foram travadas, a partir de tal cenário. Pelo contrário, para que avanços fossem possíveis, um coletivo - muitas vezes não identificado ou descrito em artigos ou livros - não descansou, nem por um dia, para que as condições de alimentação fossem melhores, conseqüentemente para a categoria da Nutrição, sem dúvida.

Em 1946, Castro, lançou o livro *Geografia da fome*. Neste livro, utilizou instrumentais teóricos marxistas. Além de denunciar a fome e a extrema pobreza, também analisou o imperialismo e o seu desenvolvimento nos países “semicolônizados”. Além de criticar as classes dominantes, enfocou o papel da economia e a necessidade de acabar com o latifúndio e o “semifeudalismo”, fonte primeira das condições de vida subumanas encontradas em nosso país e nas demais nações sob o jugo colonial (GONÇALVES, 2004), contribuindo para as demais lutas que já vinham ocorrendo no país, tanto do setor alimentício, quanto da Nutrição em si. Tal denúncia sintetiza o seu trabalho de referência mundial, conseguindo concluir que a fome, nada mais é, do que uma conseqüência da ação política, marcando o início das denúncias que pretendeu chegar.

Neste mesmo ano, foi criada a Organização Mundial da Saúde - OMS, no Palácio das Nações Unidas, em Genebra. Segundo consta no livro da ABN (1991), tais organizações contribuem para a divulgação e execução de programas específicos, ligados à produção, distribuição e estudos sobre alimentos. Além disso, segundo a Associação, estas também patrocinam cursos e incentivando a formação e aperfeiçoamento profissional.

Como dito anteriormente, Castro evidenciou ainda mais seu trabalho sobre a fome e a extrema pobreza no país quando passou a fazer parte de instituições governamentais. A exemplo disto, em agosto de 1947, Josué de Castro foi nomeado delegado do Brasil para a Conferência de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas, convocada pela FAO. No mesmo ano, assumiu o posto de membro do Comitê Consultivo Permanente de Nutrição da Instituição.

Apesar de a questão da miséria e da fome estar em evidência no país, ainda não havia uma designação definitiva para os trabalhadores que trabalhavam a questão da alimentação. Porém, o Brasil adotou o termo; “nutricionista”; na década de 1950. Isso se deve ao fato de que, nesta fase inicial, o profissional era formado dentro de um curso técnico de nível médio e era chamado de dietista ou auxiliar de nutrição. Aos poucos, os cursos brasileiros foram sofrendo alterações, aproximando-se das características do curso do Instituto Nacional de Nutrição da Argentina, *“formando um profissional de nível universitário, com conhecimentos específicos de Nutrição, com funções e responsabilidades próprias de atenção dietética ao indivíduo sadio ou enfermo, de forma individual ou coletiva”* (ICAZA, 1991 *apud* VASCONCELOS, 2002: p.131).

Na América Latina, este trabalhador passou a ser designado de nutricionista-dietista, como uma adaptação da terminologia usada nos Estados Unidos, país em que eram formados os dois profissionais, o dietista e o nutricionista, com funções independentes e delimitadas (BAZÓ 1977 *apud* COSTA, 1999).

Na conjuntura geral do país, na década de 1950, a volta de Getúlio como presidente eleito (1950) se deu com uma repercussão ~~dois~~ dois lados da luta de classes no Brasil: enquanto o movimento de massas crescia e colocava na mesa as suas reivindicações, o imperialismo estadunidense tentou frear tal movimento. Cada vez mais criavam-se contradições entre o seu discurso e a sua prática. Nesse sentido, ao seu conhecido título de "pai dos pobres", foi acrescentado o de "e mãe dos ricos" (ARRUDA, 2004). Isso porque, enquanto as mazelas sociais mais cruéis, como a fome e a extrema pobreza só cresciam, banqueiros, grandes empresários e latifundiários eram beneficiados pelas Políticas de Vargas, ainda que algum tipo de “proteção social” tenha avançado timidamente em seu governo.

Em 1952, marcou o início da luta pelo reconhecimento e institucionalização do curso de nível superior Nutrição, no Brasil. Segundo Toloza (2003), neste ano, chegaram ao Ministério da Educação os primeiros pedidos de reconhecimento.

Neste ano também, Castro assume a presidência do Conselho Executivo da FAO, ocupando o cargo até 1955 (GONÇALVES, 2004). Castro, dentre outros militantes na questão alimentar do país, contribuiu para que a Nutrição fosse pensada, também, da perspectiva humanista e social, para além dos aspectos técnicos. A evidenciação da questão da fome e da extrema pobreza permitiu tal mudança na formação do Nutricionista, no Brasil, visto que tais questões trouxeram a tona uma necessidade de se repensar a Nutrição, conseqüentemente, a formação dos novos trabalhadores que sugeriram

Após deixar o Conselho Executivo da FAO, Castro proferiu um importante discurso sobre a Organização e sobre os trabalhos realizados ali, fazendo uma importante autocrítica, sem a intenção de menosprezar a obra da FAO, mas decepcionado diante das limitações ali dentro. Alguns dos motivos desta decepção colocados por Castro foram: 1) a não criação de uma Política de Alimentação realista que ponha em linha de conta, ao mesmo tempo as desesperadas necessidades do mundo e dos objetos de estudo propostos; e 2) a falta de coragem para enfrentar os problemas que se colocavam e buscar as soluções necessárias. Segundo Castro, as medidas tomadas foram apenas paliativas e não foram aprofundadas o suficiente para que tivessem uma resolução definitiva, segundo ele, *“por falta de coragem de desagradar a alguns”*, a famosa politicagem. Castro completa este trecho de seu discurso, concluindo o seguinte: *“Precisamos, a meu ver, ter a coragem de discordar de certas opiniões para aceitarmos a imposição das circunstâncias, resolvendo o problema no interesse da humanidade”* (CASTRO, 1967: p.55).

A luta pelo reconhecimento da profissão de Nutricionista rendeu frutos, pois, no ano de 1957, foi fundado o Curso de Nutrição, então, Instituto de Fisiologia e Nutrição da Faculdade de Medicina de Recife (VASCONCELOS, 2002). Este curso foi apontado, por alguns estudos, como o primeiro curso brasileiro a formar profissionais voltados para a atuação no campo da Nutrição em Saúde Pública. Ainda segundo o autor, a fundação deste curso tem sido associada a emergência do processo de institucionalização do campo da Nutrição em Saúde Pública.

Apenas 5 anos após a fundação do primeiro Curso de Nutrição, no ano de 1962, o mesmo foi reconhecido como de nível superior pelo, então, Conselho Federal de Educação (CFE), através do Parecer nº 265, de 19 de outubro deste ano. Só a partir de então, seria possível o estabelecimento do primeiro Currículo Mínimo (ABN, 1991; VASCONCELOS, 2002). No entanto, apenas em 1974 o mesmo foi estabelecido, como veremos adiante.

Para dar conta da regulamentação dos Cursos Superiores de Nutrição e absorver no mercado de trabalho os novos profissionais e a nova categoria que surgia, ano seguinte ocorreu outro marco na história da categoria: o Projeto de Lei (PL) nº 50/63, que regula a profissão de nutricionista, descreve suas atribuições e prevê, também, a fiscalização do exercício da profissão, que seria exercida pelo Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) e pelos Conselhos Regionais de Nutricionistas. Segundo o site oficial do Conselho Federal de Nutricionistas, este Projeto de Lei foi vetado pelo Presidente à época, sob alegação de ser um projeto contrário ao interesse público.

No ano seguinte, ocorreu o golpe contrarrevolucionário de 64. Uma das principais características desse Regime era o incentivo a Grande Indústria, empresários, latifundiários e ao setor privado, em nome do “dito” desenvolvimento do país.

O impulso a industrialização, associada ao imperialismo, ocorrida no pós-64 também foi importante para estimular o crescimento da profissão, regulamentação cursos, para formar profissionais necessários a ampliação do mercado de trabalho industrial, sob o controle do Estado burguês, ou seja, regulamentados.

E, ainda segundo o site do Conselho, no dia 24 de abril de 1967, a profissão de Nutricionista foi regulamentada em definitivo pelo General Arthur Costa e Silva, através da Lei nº 5.276 (CFN, S/D).

Historicamente, a regulamentação profissional está associada à necessidade de fiscalizar o exercício profissional, além de estar intrinsecamente ligada ao reconhecimento da profissão como categoria, ou seja, ao enquadramento sindical. Este último está vinculado à legislação trabalhista e à necessidade de se organizar e controlar o movimento sindical. Segundo Spink et al. (1985), *“a regulamentação profissional é o reconhecimento, em termos legais, da “utilidade” de uma determinada prática profissional para a sociedade”* (p. 27).

Após a regulamentação da profissão de Nutricionista, surgiram demandas desta categoria que estava se conformando no país, logo, algumas lutas tiveram que ser travadas para que se estabelecessem parâmetros minimamente justos para estes trabalhadores. Porém, era necessário que houvesse uma entidade específica para defender oficialmente os interesses da categoria perante ao Estado.

Neste sentido, em 1967, foi fundada a APNERG (Associação Profissional dos Nutricionistas de Estado da Guanabara), por um grupo de jovens Nutricionistas que, reunidos com a direção da antiga ABN, decidiram criar uma comissão pró-associação profissional dos Nutricionistas, a qual mais tarde se tornaria o que é hoje o sindicato (SINERJ, Histórico - site oficial). Uma importante demonstração de organização, por parte dos trabalhadores, principalmente, em meio a uma época tão dura, autoritária e controlada como era na Ditadura.

Em 1968, uma das medidas autoritárias do Regime Militar no campo da Nutrição, foi que a publicação "Arquivos Brasileiros de Nutrição" - uma das inúmeras idealizações de Josué de Castro - pararam de circular, causando um vazio na propagação das ideias científicas, por mais de uma década (VASCONCELOS, 2011b). Com isso, publicações com dados e discussões sobre questões que envolvem as mazelas como a fome, carência nutricional e questões sociais não poderiam mais ser difundidos.

Já o ano de 1970 foi marcado por muitas mudanças, de ordem geral, assim como na área de alimentos. No mundo, o capitalismo estava em crise, assim como existia uma crise mundial de alimentos, conseqüentemente, a maior intensidade na questão da fome (VASCONCELOS, 2011b). No Brasil, aumenta a degradação das condições de vida das massas trabalhadoras.

Corroborando com isto, Nascimento *et al.* diz que essa crise estava associada a uma política de manutenção de estoques de alimentos e com a I Conferência Mundial de Alimentação, organizada pela FAO, a Segurança Alimentar passou a ser uma questão de produção de alimentos, com ênfase na comida (NASCIMENTO *et al.*, 2010). Nesta época, houve escassez de alimentos no mercado internacional, simultaneamente às crises do petróleo e do dólar. Além disso, segundo Rocha *et al.* (2013), este regime alimentar deixou como consequência um maior distanciamento entre a regulação das atividades em nível nacional e a organização econômica transnacional (p. 23).

Por isso, OMS, FAO e Unicef passaram a defender as necessidades de incorporação do planejamento nutricional, assim como na década de 1960, mas desta vez, ao planejamento econômico dos países do Terceiro Mundo (VASCONCELOS, 2011b), incluindo o Brasil.

Para pensar tal planejamento nutricional, era necessária a atuação de trabalhadores nutricionistas. Entretanto, a formação destes trabalhadores também precisou ser repensada para que se atendessem às novas demandas no setor de Alimentação e Nutrição.

Para se estabelecer recomendações quanto a carga horária por área de disciplinas, ao conteúdo e à contratação de docentes, constituiu-se, na Colômbia, a Comissão de Estudos para Programas Acadêmicos de Nutrição para a América Latina (CEPANDAL), em 1973. Esta Instituição é importante, pois colabora com a determinação do tipo de Nutricionista que será formado, conseqüentemente, se este trabalhador atuará com uma visão mais tecnicista ou social das variáveis que compõem a Nutrição.

Apenas em 1974 é criado o segundo Currículo Mínimo dos Cursos de Nutrição, no Brasil. Este tinha duração de três anos para formação de Nutricionistas a nível nacional e baseava-se nas recomendações e conclusões das I e II Conferências sobre Formação Acadêmica de Nutricionistas-Dietistas na América Latina, realizadas na Venezuela (1966) e São Paulo (1973) (VASCONCELOS, 2011a). Esta última, com a proposta de analisar e comparar os programas de ensino das escolas dos diversos países (BOOG *et al.*, 1998).

Entre 1975 e 1981 expandiu-se de 7 para 30, o número de cursos de Nutrição existentes no País (*ibidem*). Segundo o Ministério da Educação e da Cultura em 1975 os cursos eram hegemonicamente públicos (02 no Nordeste, na UFPE e UFBA; e 05 no Sudeste, na UFRJ, UNIRIO , UERJ e UFF no Rio de Janeiro e USP em São Paulo). Já em 1981, os cursos chegaram a 30 (18 federais, 3 estaduais e privados) (BRASIL, 1983).

Essa expansão do Ensino Superior no país se deu a partir da Reforma Universitária, instituída pela Lei nº 5.540/68, a qual, segundo Costa (1999: p.9) “*incrementou a formação profissional em todos os cursos na área da Saúde*”, não mais detalhado pela autora. Não significa dizer que esta Reforma foi direcionada, visando o aperfeiçoamento dos cursos da Saúde, pois esta é uma reforma geral do ensino superior.

É a partir de 1976 que se inicia o crescimento acelerado dos Cursos de Nutrição. Esta expansão aconteceu em todo o ensino superior no Brasil, como decorrência política da expansão econômica da época.

Além disso, para avaliar a formação dos futuros trabalhadores Nutricionistas no país, ocorreu o I Diagnóstico dos Cursos de Nutrição pelo MEC (BOSI, 1988 *apud* VASCONCELOS, 2002). Além de padronizar as disciplinas básicas que deveriam conter nos currículos dos cursos de Nutrição, tanto o Currículo Mínimo quanto este Diagnóstico serviram como estratégia do Estado para moldar os Nutricionistas às necessidades do mercado de trabalho.

Após a criação da primeira entidade da categoria, foi aprovação da Lei nº 6.583, de 20 de outubro de 1978, tendo sido possível a criação do Conselho Federal e Regionais de Nutricionistas. Esta Lei regula seu funcionamento, e dá outras providências. (VASCONCELOS, 2011a). Com isso, os nutricionistas brasileiros - até então sob a responsabilidade dos órgãos regionais de fiscalização da Medicina - passam a dispor de um órgão específico com a finalidade, não apenas de fiscalizar o exercício da profissão, mas também de organizar, disciplinar e desenvolver a categoria e lutar pelos seus interesses (CFN, 1999 *apud* VASCONCELOS, 2002). Isso permitiu, principalmente, que a categoria saísse das “sombras” da medicina e tivesse uma identidade própria, maior grau de autonomia em relação à medicina, maiores possibilidades profissionais e de luta. Ao mesmo tempo, a criação destas Entidades, também permitiu o maior controle do Estado sob os trabalhadores Nutricionistas e dessas mesmas lutas.

Com a possibilidade de criação de Conselhos Regionais, em 6 de março de 1980, ocorreu a criação do Conselho Regional de Nutricionistas - 4ª Região (CRN-4). Com sua estruturação em 1981, a maioria da categoria passou a estar registrada. Existia, então, um levantamento preciso do total de profissionais do estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo (ABN, 1991). Segundo o site oficial do Conselho, o CRN-4 tem o objetivo de orientar, fiscalizar e disciplinar o exercício profissional de nutricionistas e técnicos em Nutrição e Dietética (CRN-4, S/D). Sua criação também foi uma forma do Estado controlar os trabalhadores Nutricionistas e sua atuação profissional mais de perto. Tal estratégia, também afetou as formas e possibilidades de luta da categoria, pois com tal

controle, os trabalhadores passaram a ter suas forma de luta controladas e limitadas pelo Estado.

Além disso, segundo White (1979) *appud* Spink (1985), a fiscalização do exercício profissional está atrelada à noção de “proteção ao consumidor” (p. 29). No entanto, a autora citou Nogueira (1967) que, nos colocou a perspectiva do corporativismo, dizendo que, tal regulação visa assegurar a exclusividade ou monopólio do exercício profissional a pessoas com determinados requisitos, como diplomas e certificados (p. 30).

É verdade que a fiscalização visa impedir que pessoas não habilitadas exerçam determinada profissão. Também é verdade que a função disciplinadora de um Conselho profissional visam o cumprimento de normas éticas - definidas em Código de Ética - elaborado e aprovado por cada Conselho Federal (SPINK, 1985: p. 32). Entretanto - sob a ótica do corporativismo e as lutas de classe - o primeiro é uma forma de institucionalização do conflito entre interesses de classes antagônicas que levam ao diálogo, minimização da revolta popular ou a regras mínimas de convivência sob a arbitragem do Estado.

Contraditoriamente a tal controle pelo Estado, em 1983, o próprio Ministério da Educação (MEC) realizou um diagnóstico sobre os cursos de ensino superior em Nutrição. Passados alguns anos do estabelecimento do primeiro Currículo Mínimo dos Cursos de Nutrição, este diagnóstico detectou, quanto aos currículos, conteúdos excessivamente teóricos, direcionados para os aspectos biológicos da formação profissional, sem suficiente articulação com os aspectos sociais. Além disso, este constatou que a pressão do Mercado de Trabalho parecia dirigir-se para o setor de alimentação coletiva, reafirmando a tendência para com o compromisso do Estado brasileiro - através de seus representantes - com as grandes indústrias, empresários e com o latifúndio.

A partir deste Diagnóstico, a regulamentação profissional foi atualizada, através da Lei nº 8.234, de 17 de setembro de 1991, tendo sido a anterior revogada. Esta Lei regulamenta a profissão de Nutricionista e determina outras providências, sendo mais um refinamento do controle do Estado sob as demandas e lutas da categoria da Nutrição.

Corroborando com o que Nogueira (1967) colocou anteriormente sobre a regulação profissional, na perspectiva corporativista, assegurando a exclusividade ou monopólio do exercício profissional, através do requisito de diplomas e certificados (p.30), o texto desta Lei diz em seu art. 1º:

“A designação e o exercício da profissão de Nutricionista, profissional de saúde, em qualquer de suas áreas, são privativos dos portadores de diploma expedido por escolas de graduação em nutrição, oficiais ou reconhecidas, devidamente registrado no órgão competente do Ministério da Educação e regularmente inscrito no Conselho Regional de Nutricionistas da respectiva área de atuação profissional” (BRASIL, 1991).

Como vimos até aqui, a regulamentação profissional está diretamente ligada à ideia de corporativização, controle e apropriação das lutas e dos próprios trabalhadores por parte do Estado.

No aspecto político-ideológico do corporativismo, expressou o Estado burguês, a fim de organizar os trabalhadores como massa de manobra para atender aos interesses da Classe Burguesa. Já em relação ao aspecto social, tal corporativismo estatal serviu para prevenir revoltas populares, neutralizando conflitos de classe surgidos a partir do processo de industrialização.

Além disso, ao Estado burguês não interessa a erradicação da fome da extrema pobreza, mesmo com a criação de Políticas Públicas, pois tais cruéis mazelas fazem parte da lógica de funcionamento do sistema capitalista. Isso porque, como Marx já nos colocou anteriormente: as ideias dominantes são as ideias da classe dominante e, no caso do sistema capitalista, da burguesia. Neste sentido, já que o Estado - teoricamente responsável pela resolução das demandas do povo, de forma ampla - tende a reproduzir práticas para a manutenção dos privilégios de uma minoria dominante, através de seus representantes governamentais, a miséria e a fome passam a ser, neste caso, não só uma consequência desta lógica, mas uma necessidade para que esta se mantenha e reproduza.

A partir do quadro de miséria, fome, crescente industrialização e crise de alimentos, foi permitida a criação da profissão de Nutricionista. Com isso, precisou-se que as demandas fossem atendidas e discutidas com maior precisão. Como a consciência de classe não era uma realidade, à época, o Estado já havia criado ferramentas de controle e delimitação das lutas. A partir daí, foi estipulado que era preciso a criação de

instituições que fizessem a intermediação entre as demandas concretas da categoria e as Entidades de Classe. Com isso, foram criadas as diversas Entidades da categoria, dentre elas, o Conselho Regional de Nutrição (CRN). Entretanto, esta também foi uma forma, mais refinada e precisa, para que o Estado conseguisse ter um controle ainda maior em relação aos trabalhadores nutricionistas e sua atuação profissional, bem como sua lutas por suas justas demandas.

Sobre o presente capítulo, o processo de regulamentação da profissão de Nutricionista trouxe como reflexão que, a partir da década de 1930, principalmente, após a entrada de Getúlio Vargas na presidência, iniciou-se um processo de corporativização das lutas, incluindo as da Nutrição, por parte do Estado burguês. Significa dizer que, o controle deste Estado sobre as lutas pode ter sido o fator principal de tal corporativização. Entretanto, houve a luta da profissão para ser reconhecida e, portanto, legitimada sua existência.

CAPÍTULO 3. AS FORMAS DE MILITÂNCIA DOS TRABALHADORES NUTRICIONISTAS, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PELA VIA SINDICAL

Até o presente trabalho, as formas de organização, mobilização e luta da categoria não tiveram o destaque necessário para que se pudesse compreendê-las de forma mais clara nas publicações de artigos, livros e revistas sobre tal tema. Via de regra, sobre a categoria da Nutrição, o que muito se vêm publicando, ao longo dos anos, é sobre o histórico desta categoria. Entretanto, o Sindicato dos Nutricionistas do Estado do Rio de Janeiro (SINERJ) possui um material vasto, principalmente, até o ano de 2008 (último ano das edições das publicações impressas do SINERJ). Por isso, no presente trabalho, entendeu-se que era possível compreender o foco da militância da categoria através de tais publicações, aproximando-a também das lutas da categoria da Nutrição, na Cidade do Rio de Janeiro. Esta também foi uma das limitações do presente trabalho.

Como colocado no capítulo anterior, o Estado burguês tem a função de apropriação, controle e amenização da combatividade das lutas das Classes Trabalhadoras, através da corporativização destas. Mas o Estado não é um sujeito. Suas funções se dão através de representantes governamentais e a criação de leis regulamentadoras, punitivas ou diretamente pela legitimação de ações violentas do braço armado do Estado (as forças militares).

De modo algum isso desmerece a luta dos trabalhadores Nutricionistas ou quaisquer outros trabalhadores. Pelo contrário, isto faz com que sejam necessárias tais lutas, pois se não houvesse tal dominação, estas lutas não se fariam presentes. Isto nos mostra que a ação de dominação do Estado burguês, provoca a reação de força e resistência das grandes massas contra as mazelas criadas, a partir das consequências da lógica de funcionamento do sistema capitalista, incluindo a categoria da Nutrição.

Neste sentido, houve um marco na militância da categoria da Nutrição, após o seu histórico de surgimento, que ocorreu no ano de 1984 e mudou os rumos e as formas de organização, mobilização e luta destes trabalhadores. No Estado do Rio de Janeiro, a APNERJ se torna SINERJ. A categoria conquistou o Sindicato e a solenidade de entrega da Carta Sindical foi realizada em 05 de setembro. Segundo site oficial da entidade, *“foi um marco na história da nossa categoria. Não teríamos chegado a este momento tão*

importante para nossa categoria se não fosse o esforço e a dedicação de inúmeros companheiros de dentro e de fora da nossa categoria” (SINERJ, S/D). Entretanto, é preciso não perder de vista que o Sindicato e sua legalização também é uma forma de controle das lutas.

A criação do Sindicato dos Nutricionistas do Estado do Rio de Janeiro (SINERJ) foi a expressão de uma tomada de consciência de um grupo de Nutricionistas, com o objetivo de criar um instrumento de luta reivindicativa para a categoria. Mas foi também, incorporado pelo Estado, em troca de uma legislação “protetora” do trabalho, em nome da fantasiosa harmonia de classe.

Edelman (2016) nos ajuda a pensar a justiça burguesa, quando nos coloca em seu livro que *“a greve se tornou um direito sob a condição de se submeter ao poder jurídico do capital, tanto na sociedade civil, quando no Estado”*. Isso, a partir das obrigações (contrato de trabalho) e do direito de propriedade (propriedade dos meios de produção), limitando a potencialidade de uma greve aos limites e “permissões” burguesas. O autor completa, ainda que, *“confrontada ao “fato” sindical, a burguesia utiliza todas as armas para transformá-lo em aparelho ideológico de Estado”* (p. 22). Segundo Martins (1979) *appud* Spink (1985: p. 39), *“não é o código sindical que permite maior ou menor variação na atuação dos dirigentes sindicais, e sim a conjuntura política”*. Neste sentido, a legalização do sindicato também foi uma forma de corporativizar as lutas dos trabalhadores, controlando-as.

Nesta conjuntura, o Sindicato esteve envolvido nas lutas pelas “Diretas Já”, pela dita redemocratização do país, frente à conjuntura de Ditadura. Florestan Fernandes, às vésperas do debate das eleições diretas, alertava que boa parte da burguesia se mobilizou para compor o que chamou de uma *“transição política barata”*, ou seja, *“uma substituição gradual sem traumas ou o menos traumática possível do regime existente”* através da típica conciliação que deglute as mudanças sociais profundas (FERNANDES, 1986: p. 207).

Em meio a tal mobilização popular, no ano de 1985, ocorreu a transição negociada entre parcela majoritária dos militares no poder do Estado e a oposição legal, culminando na eleição indireta de Tancredo/Sarney, que estabelece uma transição para a

o reestabelecimento de uma regime democrático-liberal através da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Este foi o ano do fim do Golpe Contrarrevolucionário de 64 no país, o que tenderia (teoricamente) a facilitar as lutas e conquistas, não só da categoria da Nutrição, mas das demais categorias profissionais, bem como das Classes Trabalhadores, em geral. Sobre isso, o SINERJ também comentou, em seu jornal, que houveram avanços no sentido de garantir demandas sociais e econômicas. No entanto, ainda segundo o jornal, urgia a necessidade de recuperação econômica e, principalmente, a recuperação do poder aquisitivo dos nossos salários e a melhora das condições de vida do povo (SINERJ, 1985).

Neste período, já enfrentava-se o burocratismo que o Estado brasileiro impõe aos Sindicatos de Trabalhadores, tentando dificultar a luta, por meio das exigências de tutela estatal representadas pelas normativas do Ministério do Trabalho e Emprego.

É interessante uma observação feita pelo líder cartista de Manchester, Peter Murray McDouall, em 1841:

“A divisão das classes trabalhadoras em muitos ofícios, vinculados a uma grande quantidade de pequenos patrões, tornam sua sujeição e submissão certas. Apesar de existirem os sindicatos para proteger os salários, estes têm pouco ou nenhum poder - contra o capital e o poder combinado dos patrões - em tempos de crise. Os sindicatos são excelentes instrumentos de luta, mas se não tivessem a apoio do poder político, nunca poderão alcançar essência das demandas de classe. Isso porque os patrões, individualmente, têm uma grande influência sobre estes em um sentido social; e coletivamente, têm um poder irresistível sobre eles em um sentido político. Por este motor de dupla ação, os patrões regulam o salário do trabalhador a seu bel prazer” (MCDOUALL, 1841).

A exemplo do exposto por McDouall, após a APNERJ ser reconhecida como Sindicato, ao mesmo tempo que aumentava a proteção e possibilidades de reivindicação do trabalhador, aumentava-se o controle do Estado sobre as lutas, reduzindo seu poder de combatividade, assim como já colocado anteriormente no presente estudo.

Analisando os jornais e boletins informativos fornecidos pelo SINERJ, pode-se notar tal transformação, inclusive depois da própria mudança de formato destes meios de

comunicação do Sindicato - da primeira à última edição - de revista à boletim informativo, reduzindo e simplificando seu conteúdo.

Porém, antes de tal simplificação e redução, em 1985 - já como Sindicato - houve a primeira modificação no formato, que muda de revista para Jornal, aumentando seu tamanho e conteúdos. Já nesta primeira edição do jornal, é anunciado no editorial que as mobilizações do SINERJ, junto a categoria garantiriam mudanças. No primeiro semestre deste ano houveram grandes mobilizações pela recuperação de salário e garantia de melhores condições de trabalho. O SINERJ lembrou bem que os 20 anos de Ditadura Militar-fascista não foram capazes de frear ou amedrontar as lutas dos trabalhadores da Saúde.

Apesar da dura conjuntura e também, por conta desta, os Nutricionistas, junto ao SINERJ, participam da Greve dos Previdenciários, entendendo, novamente, a importância da luta, enquanto classe, não só enquanto categoria. No caso do trabalhador, Marx esclareceu que, mesmo com as limitações de uma luta sindical, este expande sua base com os interesses comuns das massas até se tornar uma questão comum de toda classe, coincidindo com a formação de uma unidade tática mais forte e acertiva contra os interesses antagônicos da Classe Burguesa. Neste sentido, Marx também tinha a consciência de que isto não significa dizer que os interesses de toda uma classe não entrem em conflito, vez ou outra, com os interesses particulares de certos trabalhadores ou grupos de trabalhadores (BOTTOMORE, 2001: p. 129).

Ainda em 1985, segundo o Jornal do SINERJ, os trabalhadores Nutricionistas e frequentadores do grupo de Saúde do PMDB, à época, elaboraram um documento para o presidente Hésio Cordeiro, do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), junto ao SINERJ, Conselho Regional de Nutrição da 4ª Região (CRN-4) e Conselho Federal de Nutrição (CFN). Na ocasião, foi discutida a criação da Coordenadoria de Nutrição a fim de definir uma Política de Nutrição para o INAMPS. Esta luta foi encaminhada à Assembleia do Sindicato. Além disso, neste editorial, o Sindicato frisou que era preciso não confundir a Entidade com Partido Político (SINERJ, 1985).

Em maio deste ano, um marco importante para a fomentação de uma consciência de classe foi a deflagração da Greve dos Nutricionistas do Estado e do Município. A

realidade de greves nunca foi a forma principal de luta priorizada pela categoria ao longo de sua história no país, e este foi um Direito conquistado apenas em 1985. O Jornal do Sinerj afirmou que, após dois anos de luta, houve grande vitória, pois o movimento foi continuado e persistente (ibidem). Ainda segundo o Jornal, após 2 meses de greve, a Assembleia decidiu unanimemente, em 24 de julho, pela suspensão da greve. O objetivo de tal suspensão era começar a negociar com 13 Entidades, o Secretário de Saúde do Estado e do Município. No entanto, o Sindicato revelou que este foi um processo bastante moroso. (Sinerj, 1985/1986).

Todavia, é preciso enfatizar que, dentro do sistema capitalista, o “direito burguês” nada mais é do que a forma de poder burguês para o trabalhador. Significa dizer que, os direitos “conquistados” pela Classe Trabalhadora, nada mais são do que tentativas de reparação histórica, e não conquistas ou avanços, de fato. E que basta a primeira crise para que a burguesia retire os insuficientes benefícios conquistados.

No caso desta greve dos trabalhadores nutricionistas, mostrou que a organização, mobilização e luta da categoria, junto ao Sinerj, foi de extrema importância para que fossem atendidas as suas demandas, entretanto, podemos considerar uma dupla derrota: uma por ser apenas uma reparação histórica e outra por conta dos trabalhadores terem cessado a greve antes mesmo de garantir a conquista todas as pautas exigidas. Ainda que com este tempo de duração da greve, assim como colocou o jornal, o processo ainda foi demorado e lento, mostrando de que lado a “Justiça” está e o quão importante são as demandas mais justas e urgentes do povo, ante a crueldade da lógica de funcionamento do sistema capitalista, através de seus representantes.

Na edição seguinte do Jornal, o Sinerj afirma que 1986 foi o ano da Assembleia Nacional Constituinte e o Movimento Sindical se mobilizou para conquistar Direitos fundamentais como a liberdade sindical, direito de greve e estabilidade para todos os trabalhadores.

Nesta edição do jornal, o Sinerj denunciou que os patrões, ao longo do tempo, foram demitindo alguns diretores do sindicato, mesmo sabendo da estabilidade sindical, conquistada pela luta histórica das classes trabalhadoras. Entretanto, o jornal mantinha a bolsa de emprego, onde anunciava vagas para as empresas, revelando a contradição dessa perspectiva colaboracionista para com a Classe Trabalhadora e suas lutas.

Neste ano, um marco histórico importante para o SINERJ foi a compra de sua Sede própria. Além da economia que isto traria ao Sindicato, canalizando esta receita para fins objetivos e diretos das demandas da categoria, o número de associados passou de 150 em 1979 para 1500 em 1986 (SINERJ, 1985/1986). Isso demonstrou que, desde a criação da Associação, até aqui, a confiança e respeito que o Sindicato conquistou perante aos trabalhadores, devido aos avanços de suas práticas, refletindo no número de associados. Mostrando alinhamento entre SINERJ e a categoria para solucionar as demandas justas que surgiram naquela conjuntura.

Ao mesmo tempo, nos revela que, se há maior necessidade de associação, também há maiores demandas a serem solucionadas, já que o acesso ao jurídico do sindicato, para questões individuais, só era permitido para associados. Portanto, mesmo em direções sindicais colaboracionistas não conseguem, por vezes, refrear a necessidade de luta das bases, tendo até que revestir-se de uma linguagem combativa ou mesmo liderar determinadas lutas para conseguir controlar esse ímpeto de luta.

A partir de meados da década de 1980, a atuação de movimentos e organizações sociais no campo da Alimentação e Nutrição (AN) ganhou expressividade com a progressiva “redemocratização”⁵ do país.

Entretanto, quando um novo Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) assume, em 1995, várias medidas neoliberais foram tomadas, incluindo a contenção das pressões do movimento sindical, aumento do grau de flexibilidade em termos das condições de contratação, demissão e remuneração do trabalho (KREIN et al., 2003).

No governo FHC, as Classes Trabalhadoras foram muito prejudicadas com as medidas anti-povo, mas a via para que isto ocorresse de forma ampla e eficaz foi, em boa medida, através dos sindicatos dos trabalhadores. A primeira medida foi a edição das Medidas Provisórias (MPs) nº 1.053/95 e nº 1.070/95, que representaram o fim da política salarial e introdução da “livre negociação”, ao não preverem correções de salários a partir de uma ação reguladora do Estado (ibidem). Além desta MP, foi utilizada de forma peculiar uma outra, a nº 794/94, que tornou possível a não incorporação do valor da Participação dos Trabalhadores nos Lucros ou Resultados das Empresas (PLR) no

⁵ As aspas estão presentes, pois já foi anteriormente falado sobre o conceito de democracia, na perspectiva marxista, não sendo a mesma do senso comum.

cálculo dos Direitos Trabalhistas (como 13º salário), bem como não incidindo os mesmos nas contribuições e outros tributos (como FGTS) (Oliveira e Siqueira Neto, 1998 *appud* Krein et al. 2003, p. 244).

Outra medida do governo FHC foi o afrouxamento da fiscalização do trabalho pela qual os fiscais do trabalho foram instruídos a comunicar ao Ministério Público do Trabalho quando encontrarem algum conflito entre a legislação e as cláusulas do contrato coletivo, ao invés de multar a empresa, sob a justificativa de estimular a negociação coletiva (ibidem, p. 245), mais uma vez, fragilizando a atuação dos sindicatos de trabalhadores. Assim o Estado legitimou este tipo de ação das empresas.

Ainda no âmbito sindical, em relação à limitação de sua atuação no setor público, segundo Krein et al. (2003), a medida encontrada por este governo para contê-la foi limitar o número de dirigentes sindicais nas associações de servidores públicos, através do Decreto n. 2.066/96. Além disso, o Tribunal Superior do Trabalho decidiu não reconhecer o direito de greve aos servidores públicos, bem como o Poder Executivo tratou de estabelecer punições para os servidores que participarem de greves e paralisações (p. 246).

Dentre as medidas anti-povo - como exemplificado aqui - a principal, que mexeu diretamente com as formas de organização, mobilização e luta da categoria da Nutrição, bem como das demais categorias, foi a reconfiguração das Leis que prejudicaram a ação dos sindicatos de trabalhador frente aos patrões, sendo a Reforma Sindical a principal destas, como veremos a seguir.

O governo FHC propôs um programa de reformas em, pelo menos, três pontos: facilitar a demissão de trabalhadores estatais em função do programa de privatização; reforçar a subordinação das negociações coletivas à Política de combate à inflação; e preparar o caminho para a quebra da estabilidade dos servidores públicos (ibidem, p.246).

No dia 18 de novembro de 1996, o SINERJ ganha uma nova diretoria, sendo Amilcar Carvalho o novo presidente. Dando concretude a tais medidas neoliberais do governo FHC, Amilcar, em entrevista, relata que o Sindicato se encontrava em dificuldades financeiras, apesar de o número de associados ter passado de 15 para 80, pois o mínimo para o autossustento da Entidade era de 800 associados, segundo ele (SINERJ, 1985/1986). Isso revela um descrédito da maior parte da categoria para com o

seu sindicato, por conta do desconto sindical ter sido desviado para outros sindicatos (segundo Amilcar). Além disso, as diversas impossibilidades de atuação e diminuição de sua combatividade, também foram fatores que influenciaram para o descrédito desta Entidade. Tudo isso, reflexo das medidas governamentais, à época, somado a mudança das estratégias de ação da nova direção do SINERJ.

No entanto, o sindicato mobilizou a categoria da Nutrição contra o Projeto-Lei nº 220/96, que desregulava as profissões (ibidem). Então, aconteceu uma Assembleia entre SINERJ, ANERJ e Conselho Regional (CRN-4), em 29 de janeiro de 1997 (ibidem), visando traçar estratégias para combater tal projeto. Entretanto, este editorial não registrou maiores informações das estratégias traçadas, a partir desta Assembleia.

Outra modificação (para pior) das relações de trabalho tomadas pelo governo FHC foi através da Lei n. 9.601/98 e o Decreto n. 2.490, que possibilitou o contrato por tempo determinado pelas empresas e, para facilitar a contratação e reduzir os custos destas empresas, foram tomadas as seguintes iniciativas: redução de encargos sociais; redução da contribuição ao FGTS, além da isenção de multa de 40% para o empregador, em caso de rescisão de contrato de trabalho; redução do preço de hora-extra trabalhada, com introdução de banco de horas; dentre outras medidas (KREIN *et al.*, 2003: p. 249).

Em 2006, no editorial de agosto, o Sindicato escreveu sobre as Entidades de classe da Nutrição e a importância da participação política. Segundo o texto, seria necessária a organização e mobilização do trabalhador na luta por uma sociedade mais justa. Além disso, atuação deveria ser em defesa do profissional, buscando o reconhecimento e o espaço social. O Sindicato afirmava que a luta não poderia ser corporativa, tampouco alienada, bem como as ações deveriam ser pautadas dentro do contexto social e político. Afirmava também que, era necessário que as Entidades não se submetam a discussões alienantes promovidas pela Grande Indústria de Alimentos ou a partir das exigências do mercado de trabalho (SINERJ, 2006).

Além disso, o editorial de 2008 do SINERJ voltou ao tema da Reforma Trabalhista, dizendo que a Reforma Trabalhista apresentada pelo Governo Lula era a mesma defendida por FHC, em inconclusa agenda neoliberal, promovendo a perda de Direitos Trabalhistas, a partir de um conjunto de medidas de flexibilização das relações de trabalho (SINERJ, 2008).

Esta Reforma é um dos 17 pontos da Carta de Intenções, firmadas pelo Governo Lula com o FMI, em 21 de novembro de 2003, ainda em seu primeiro mandato (ibidem). Na lógica da política neoliberal, o Governo Lula submete-se à pressão do jogo do Mercado de trabalho, aderindo à prática de flexibilizar Direitos para impulsionar a economia e gerar mais empregos. Isso revela que este governo - apesar de apresentar um discurso de um governo para o povo - se mostrou tão neoliberal quanto um governo neoliberal assumido.

Apesar disso, no texto deste editorial é afirmado que *“este é um governo comprometido com os trabalhadores, por isso não deveria aceitar tal reforma”*. Ao que parece, apesar de todas as práticas anti-povo praticadas por este governo desde 2003 - em especial, contra os sindicatos e servidores públicos - o SINERJ demonstrou apoio a sua atuação, baseada em seu discurso. O ano de 2008 foi o último ano da comunicação por meio impresso do SINERJ com a categoria. Isso reforça o argumentado no presente trabalho de que, o Governo Lula representou o atrelamento mais completo, até então, do sindicato ao Estado, pois até os órgão de comunicação com a categoria - que vinculavam notícias de lutas e iniciativas do legislativo e do Executivo para a categoria e para os trabalhadores em geral, foram extintos.

Desde os anos 1980 até 2010, segundo Vasconcelos (2011b) em relação à organização, mobilização e luta, houve a ampliação do número de periódicos brasileiros veiculando as ideias do campo da Nutrição; ampliação das publicações em formato de livros; e ampliação do número de entidades técnico-científicas e culturais atuando no campo.

Após 2010, não foram mais descritos (bibliograficamente) os fenômenos que poderiam nos ajudar a compreender o tema deste trabalho. Isso porque, na busca por produções com tema do histórico da Nutrição, não foram encontrados mais artigos que ultrapassem o ano em questão.

No entanto, em 2014, toma posse uma nova direção do SINERJ e, apesar de os registros impressos não terem retomado sua circulação, estes passaram a ser colocados no novo site oficial da Entidade. Em sua aba de “documentos”, existem os registros de “realizações e conquistas”, com um resumo de tudo que se fez e se pretendia fazer. Dentre estes: 1) as Assembleias Gerais passaram a serem realizadas a cada trimestre; 2)

foram criados núcleos sindicais para facilitar a atuação do sindicato nas diversas regiões e locais de trabalho; 3) participação do Sindicato nas reuniões sobre concursos públicos; 4) visita do Sindicato aos locais de trabalho, estreitando as relações com a categoria e suas demandas; 5) resolução de pautas econômicas; e 6) diversas mobilizações, reuniões, assembleias, manifestações e articulações com a categoria em seus locais de Trabalho e agendadas em outros locais para traçar estratégias de encaminhamentos das justas demandas (SINERJ, S/D). Além destas, outras realizações foram registradas, tais como o apoio a Ocupação do Bandeirão da UERJ (2017) e a organização da Greve dos Nutricionistas do NASF em 2017⁶ (ibidem).

Após 1985, não houve mais nenhum registro de greve da categoria da Nutrição em nenhuma de suas áreas de atuação, nem mesmo em seus diversos locais de trabalho, na Cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, um novo marco histórico da categoria foi registrado no Brasil, quando, 32 anos depois, em novembro de 2017 foi deflagrada a 1ª Greve de Nutricionistas do NASF, dentre outras categorias de trabalhadores da Atenção Básica. Neste momento, foi possível colher informações mais detalhadas sobre as lutas dos trabalhadores Nutricionistas, com apoio da via sindical.

A mobilização da categoria, junto ao SINERJ, começa após uma declaração do Prefeito Marcelo Crivella sobre a decisão de fechar diversas unidades das Clínicas da Família (CF), demitindo diversos trabalhadores da saúde, incluindo nutricionistas, e deixando centenas de pessoas desassistidas. A partir desta mobilização, estrategicamente, o Prefeito voltou atrás de sua decisão e declarou que não fecharia mais tais unidades. Em compensação, Crivella começou a atrasar o repasse do dinheiro vindo da União para as Organizações Sociais (OSs), que são empresas privadas que prestam serviço terceirizado à Prefeitura do Rio de Janeiro para administrarem as CF. Esta medida atingiu diretamente o pagamento dos salários dos trabalhadores da Saúde, dos quais, uma parte não conseguia mais chegar aos locais de trabalho por falta de dinheiro para pagar o transporte. Com isso, o atendimento à população também foi prejudicado.

Após tal absurdo descaso do Estado para com a Saúde da população, surge um movimento que começou com a categoria dos médicos e enfermeiros - e foi se expandindo às demais categorias da Saúde, as quais entenderam a importância de se ter

⁶ Os documentos oficiais sobre a greve foram conseguidos diretamente com o Sindicato.

unidade tática nesta luta para seu fortalecimento. Surgiu, então, o Movimento Nenhum Serviço de Saúde a Menos.

No entanto, as tentativas de negociação com a Prefeitura foram em vão, sendo necessário radicalizar o movimento, surgindo o acordo de uma greve de todas as categorias. Em documentos oficiais, fornecidos através do e-mail da Entidade, o SINERJ produz uma nota de greve onde, no dia 30 de outubro de 2017, em Assembleia, junto aos nutricionistas do NASF, deliberou que os trabalhadores nutricionistas do NASF iniciariam a greve a partir do dia 9 de novembro de 2017.

Em nota, o SINERJ enfatizou que esta trata-se de uma greve de ocupação, mobilização, agitação e propaganda intensa visando apoio e adesão dos trabalhadores da Equipe de Saúde da Família, dos usuários do serviço e do povo trabalhador, frente aos ataques aos poucos direitos trabalhistas e sociais que ainda restavam. Significa dizer que, foram mantidos os atendimentos, mesmo que parciais, com classificação de risco – entendendo que esta é a forma de greve mais correta e coerente quando se trata de Serviços de Saúde - não permitindo que haja uma desassistência do que é do povo por Direito.

Entretanto, na última Assembleia, os nutricionistas, junto ao SINERJ, votaram pela saída da greve, no 03 de abril de 2018, após 5 meses de intensa organização, mobilização e luta, mesmo quando a contragosto da maioria das gerências das respectivas unidades da Clínicas da Família.

Em comunicado oficial, após esta Assembleia, o SINERJ aponta para uma avaliação do processo de greve, pelos trabalhadores do NASF, como vitorioso, *pois além da conquista das pautas que englobavam a garantia e a manutenção dos Direitos trabalhistas e melhores condições laborais, também incorporou a luta por uma Saúde Pública de qualidade (COMUNICADO SINERJ, 03/04/2018)*. O comunicado é finalizado ressaltando que, apesar dos avanços, a continuidade do processo de luta por um Sistema de Saúde público e de qualidade para usuários e trabalhadores deve ser contínuo.

Esta foi o último registro oficial de organização mobilização e luta da categoria, mas, provavelmente, a organização destes trabalhadores não se finda nesta conjuntura, já que, dentro da lógica do sistema capitalista - a história das classes é a história da luta de classes.

Como podemos perceber, neste terceiro capítulo, no Brasil, a atuação dos sindicatos de trabalhadores, bem como os Conselhos têm um particular caráter como delegação do poder regulador do Estado burguês. Entretanto, é importante analisar que, numa perspectiva marxista de classe, que tais ações de ‘fiscalizar’ e ‘disciplinar’ o exercício profissional dos trabalhadores, através dos Conselhos, pode ser entendida como uma colaboração, por parte das suas diversas direções, com o inimigo de classe: o patrão. Entretanto, a tarefa de um Conselho é se opor a este. Um Conselho de trabalhador deveria existir para entender as demandas da categoria, orientar, proteger e garantir o exercício profissional de forma justa, coerente e responsável. Quando as Entidades representativas não lutam ou apoiam uma categoria - neste caso, a da Nutrição - diminuem a chance de se ter uma vanguarda legítima para proteger os trabalhadores, sempre que for necessário.

No caso do SINERJ, ainda enquanto Associação, possuía, segundo seus registros, uma atuação, junto a categoria, muito mais intensa e combativa. Isso como consequência, tanto da diretoria atuante, à época, quanto a necessidade desta nova categoria que surgia de criar uma identidade própria e se institucionalizar, visando um meio de luta que, “teoricamente”, facilitaria os processos das lutas, através dos representantes das Entidades de Classe.

Todavia, após a mudança de Associação para Sindicato, além da mudança de diretoria, notou-se uma menor combatividade e/ou um menor número de registro das lutas. Ao longo dos editoriais do SINERJ, também notou-se o foco mais voltado para centralização das lutas da Diretoria - como uma espécie de protagonismo de mérito - e menos voltado para as lutas dos trabalhadores que compunham a categoria. Isso se deu pela corporativização das lutas, a partir da década de 30, na chamada Era Vargas.

Esta dicotomia entre a luta sindical e o Estado corporativizador é um fato. Mas isso não ocorre sem a adesão ativa por parte da burocracia sindical ao Estado. Esta burocracia vai perdendo a ideologia classista (baseada na defesa dos interesses inconciliáveis de classe e na certeza de que o Estado representa os interesses da burguesia e do latifúndio) e vai assumindo uma ideologia de colaboração de classes, de inserção numa posição subalterna no pacto estabelecido, mas que possa até os diretores, através de diversos mecanismos de cooptação.

Além disso, os registros, a partir de 2003, até 2008, principalmente, foram, quase unanimemente, voltados para os feitos do Partido dos Trabalhadores (PT), partido do Governo Lula, à época. Neste período, a categoria saiu de segundo plano e passou a, praticamente, nem existir nos registros do SINERJ. Além do formato da comunicação impressa ter reduzido sua forma e conteúdo, o caráter deste era excessivamente e explicitamente partidário.

De 2008 a 2014 não foram encontrados mais registros da luta da categoria. Mas em 2014, com a mudança de direção, esses registros passaram a ser feitos por meio eletrônico, através do novo site oficial da Entidade. A partir deste ano, a categoria voltou a ter destaque nos registros do Sindicato em sua participação efetiva nas lutas.

Para além disso, o Estado brasileiro, através de seus representantes governamentais, sempre utilizou do discurso de democracia ou liberdade democrática (burguesa) - salvo exceção para épocas de Regimes ditatoriais autoritários, como do Golpe Contrarrevolucionário de 64 - para mascarar e justificar os limites “concebidos” às Classes Trabalhadoras pela Classe Burguesa, principalmente, em relação às suas lutas contra as mazelas criadas pelo sistema capitalista.

Porém, mesmo dentro dos governos populistas ou “ditos” de esquerda, dentro de uma sociedade capitalista, este discurso em nada se aproxima da verdadeira democracia que a corrente marxista entende como tal. Democracia essa onde os processos e tomadas de decisão não são feitos de cima para baixo, mas de forma horizontal, prestando sempre pelo justo para todos e não para um ou outro grupo.

Neste sentido, Lenin muito bem observou quando escreveu em *A revolução proletária e o renegado Kautsky*, que “*é natural que um liberal fale de ‘democracia’ em geral; um marxista, porém, nunca esquecerá de perguntar: ‘para que classe?’*” (LENIN, 1980, p.235). Entretanto, contraditoriamente - assim como em todos os fenômenos, como já observado por Marx outrora - até esta “falsa” democracia trouxe importantes avanços, tanto para a categoria da Nutrição, quanto para as Classes trabalhadoras, antes do golpe contrarrevolucionário.

Apesar de, dentro da corrente marxista, se entender que estas “liberdades” como não sendo a verdadeira liberdade democrática, na conjuntura da Ditadura, até mesmo essa ilusória ideia de liberdade se fez necessária e muito válida. Isso porque, o avanço

demasiado de ideias liberais e do fascismo, seriam extremamente mais cruéis e danosos para o povo, quando em estado permanente. No caso da verdadeira liberdade democrática, o Estado não se apropriaria do sujeito, de suas relações. A sociedade seria mais justa para todos e a organização social seria feita a partir das bases, de baixo para cima e não o contrário. Os líderes seriam forjados nas próprias massas populares e o conceito de Estado seria extinto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz da luta de classes, a mera consciência de que o sistema capitalista produz tanto grande riqueza como a mais triste miséria, não cria por si só movimentos revolucionários para que se rompa - total e definitivamente - com a velha ordem e se construa uma sociedade de novo tipo.

Josué de Castro, junto a tantas outras pessoas, não descansaram na luta para desvelar a miséria, a fome e a extrema pobreza no país. Com isso e, ao mesmo tempo, apesar disso, é fundamental colocar aqui que, a desigualdade, inclusive alimentar (qualidade, quantidade e regularidade ao acesso, como já apontamos) é fundante do sistema capitalista, não havendo possibilidade de equidade dentro deste, em nenhum aspecto. Reformas, ainda que progressistas, são apenas remediações destes problemas fundantes, tendo em vista que não se altera a estrutura do sistema, esta apenas é travestida de solução definitiva. Além disso, a redução dos *conflitos internos*, em última instância, é a prevenção de uma revolta popular.

Além do mais, sem a percepção e sensibilidade de alguns trabalhadores enfermeiros e médicos, provavelmente, não teria sido possível o surgimento da Nutrição, pois estes foram os primeiros a compreender a fundamental importância da Alimentação e Nutrição para a prevenção e combate às mazelas sociais. Além disso, tais mazelas são usadas como moeda de troca para implantação de políticas sociais assistencialistas.

No Brasil, assim como em outros países, de uma forma geral, existe o imaginário de que as figuras representativas dos partidos políticos e/ou os partidos, em si, são representações máximas da vontade popular, a partir de demandas criadas pelo próprio sistema capitalista. Acredita-se também que as vias institucionais são a porta de entrada e meio mais fácil e eficaz para que estas demandas sejam atendidas, modificando a dura realidade do povo. Mas isso é tão falacioso quanto o discurso de democracia.

Isso porque, por mais populistas, democráticos e “a favor do povo” que se intitulassem alguns governos que tiveram a hegemonia de direção, como o governo de Getúlio Vargas e de Lula, pelas várias demonstrações das contradições entre discurso e prática, pode-se notar que esta teoria não se concretiza, visto que, pelo contrário, a maior

parte das ações foram em prol da Classe burguesa e de seus próprios interesses (ou interesses dos grupos aos quais pertenciam).

Porém, é preciso não perder de vista que a criação do Sindicato não é um fato isolado, muito pelo contrário, é reflexo de um período da história recente do País, no qual vivemos uma retomada do movimento sindical brasileiro, após o fim da Ditadura Empresarial Militar, período de intensa mobilização da luta popular, na busca pela democracia e por profundas mudanças no plano econômico e social. Ao mesmo tempo, é uma forma de controle das lutas das Classes Trabalhadoras pelo Estado burguês.

Neste sentido, uma fundamental contribuição de uma Entidade de classe, em relação ao que seria a função de uma Sindicato de trabalhador, não é apenas a função institucional-burocrática, mas, principalmente, o exercício de sua tarefa política, de forma ampla. A partir desta, a categoria da Nutrição adquire consciência de classe, extrapolando para as Classes Trabalhadoras, possibilitando ampliar as lutas para além de demandas específicas, mas para demandas gerais do povo. Pelo contrário, a regulação sindical se deu num contexto onde o Estado consegue moldar, lapidar e controlar a organização, mobilização e luta desta e das demais categorias. Isso porque, no Brasil, os sindicatos tendem a ter um caráter hegemonicamente burocrático e conservador, “divorciado” das massas, e pouco fomentador de uma consciência de classe.

Isso, supondo que a direção sindical tenha como foco principal as demandas e possibilidades de luta vindas da própria categoria, independente de suas crenças ou ideologias políticas. No caso do SINERJ a partir de 2003, com a chegada de Lula à Presidência, bem como a mudança na direção deste Sindicato, as lutas da categoria, bem como a divulgação - por meios impressos - destas e da necessidade de outras, ficaram condicionadas diretamente ao que ditavam os programas governamentais do PT, e não a real necessidade de cada uma delas.

Neste período, as lutas foram institucionalizadas e burocratizadas, em larga medida. A direção do SINERJ, à época, demonstrou seguir um dogmatismo ideológico-partidário à risca, com raros e pontuais momentos de crítica a este governo, mas sem perder a crença em seu discurso, aparentemente, populista. Ao cumprir tal papel, este Sindicato, não só concordou, como legitimou tal prática do Estado, representado pelo partido que se encontrava com a hegemonia de direção. Este pode ter sido um outro

elemento para que a organização, mobilização e luta da categoria da Nutrição fosse dificultada, acrescentando, a partir disso, o descrédito do SINERJ com os trabalhadores.

Apesar de louvável o último e surpreendente marco histórico para a categoria apresentado neste trabalho, com a greve dos trabalhadores do NASF, em 2017, para que a organização, mobilização e luta da categoria da Nutrição - e das Classes Trabalhadoras, em geral - seja, de fato, eficiente, é necessário fomentar a consciência de classe para a formação de líderes forjados nela mesma, para avançarem com este ousado e justo objetivo. A partir daí, transcendê-lo, caminhando para o rompimento total com o modo de produção capitalista, bem como construindo uma sociedade de novo tipo: verdadeiramente livre, emancipada e democrática. Para isso, se faz necessária a organização dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores, já que este papel de vanguarda da categoria e organizador das massas, em larga medida, não é cumprido, historicamente, pelos sindicatos no Brasil.

Outro elemento que parece dificultar tal organização é o número e distribuição destes trabalhadores, quando são inseridos no mercado de trabalho, pois, via de regra, o número de nutricionistas por local de trabalho é pequeno, entretanto, o número de postos de trabalho - só na cidade do Rio de Janeiro - é grande, pulverizando demais a categoria, conseqüentemente, dificultando muito o reconhecimento dos demais trabalhadores da categoria e a articulação entre estes.

De maneira geral, para a Classe trabalhadora, em relação às lutas, há apenas três possibilidades, a depender do grau de organização: 1) a luta ser absorvida e/ou usada contra a própria categoria ou às Classes Trabalhadoras, através de negociações; 2) a luta ser incorporada ao direito burguês na forma de Lei para seu maior controle e possibilidade de alguma forma de punição; ou 3) a luta ser reprimida violentamente pelo braço armado do Estado.

Por fim, é fundamental destacar que esta dissertação, apesar de ter compilado os artigos e documentos publicados até aqui sobre a construção do campo de Nutrição, bem como ajudado a compreender as atuais formas organização, mobilização e luta da categoria da Nutrição, não será suficiente para tal compreensão para as diversas futuras conjunturas, bem como não é para outros aspectos da própria profissão. Deve ser findado em si mesmo. A tarefa de atualização deste tema deve ser periódico e constante, pois a

história em geral, bem como a da luta de classes, não é estática nem linear. Por isso, apenas compreendendo, verdadeiramente, como esta organização, mobilização e luta da categoria da Nutrição têm se dado, vai ser possível traçar estratégias e táticas mais efetivas e eficazes para se aprimorar a consciência de classe, transcendendo a luta individual ou de pequenos grupos, expandindo a luta para com as Classes Trabalhadoras, objetivando a construção de uma sociedade de novo tipo: a de nova democracia.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, F. O trabalhismo do capital burocrático. **Jornal A Nova Democracia**. Ano III, nº 20, setembro de 2004. Disponível em: <<https://anovademocracia.com.br/no-20/795-o-trabalhismo-do-capital-burocratico>>. Acessado em 16 de outubro de 2018.

ANDRADES, T. O.; GANIMI, R.N. Revolução verde e a apropriação capitalista. 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRICIONISTAS - ABN. **Histórico do Nutricionista no Brasil, 1939-1989: coletânea de depoimentos e documentos**. São Paulo: Atheneu, 1991.

BARREIRA, I.A.. A Enfermeira Lieselotte Hoeschl Ornellas e o surgimento da profissão de Nutricionista. **Esc Anna Nery R Enferm**, Agosto, 2006.

BARROS, M.S.C; TARTAGLIA, J.C. Food and nutrition Brazilian policies: brief history, evaluations and perspectives. **Alim. Nutr., Araraquara**, v.14, n.1, p. 109-121, 2003.

BELIK, W & MALUF, R. *Abastecimento e Segurança Alimentar: os limites da liberalização*. Campinas: Unicamp, 2000.

BOOG, M.C.F. et al.. Avaliação do Curso de Nutrição. **Revista de Nutrição da PUCCAMP**, Campinas, v.1, n.1, p. 24 - 44, 1998.

BOSI, M.L.M.. **Profissionalização e conhecimento: a Nutrição em questão**. Rio de Janeiro: ed Hucitec, 1996.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRASIL. *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 7/5/1938, Página 8600 (Publicação Original). Lei nº 399, de 30 de abril de 1938. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-399-30-abril-1938-348733-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em 28 de novembro de 2018.

_____. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Decreto-Lei nº 2.478, de 5 de agosto de 1940. Cria o Serviço de Alimentação da Previdência Social (S.A.P.S.). *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 7/8/1940, Página 15173 (Publicação Original). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2478-5-agosto-1940-412428-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em: 25 de outubro de 2018.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 15/12/1983, Página 21004 (Publicação Original). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17170.htm>. Acessado em: 20 de outubro de 2018.

CANO, W.. América Latina: notas sobre a crise atual. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 3 (37), p. 603-621, dez. 2009.

CARDOSO, R.. **A (des) construção da profissão nutricionista: a história através de uma perspectiva social**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação. Bacharel em Nutrição.

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS. Conferência de São Francisco, 1945. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/11/A-Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>>. Acessado em 20 de janeiro de 2019.

CASTRO, J.. *Condições de vida nas classes operárias do Recife*. Documentário do Nordeste. Rio de Janeiro: J . Olympio, 1937.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS - CFN. HISTÓRICO DO CFN. **Jornal do CFN**, Brasília, v.1, n.4, p.2-4, ago. 1999. (Encarte Comemorativo).

_____. Nutricionista – 50 Anos de Regulamentação da Profissão, S/D. Disponível em: <<http://www.cfn.org.br/index.php/nutricionista-50-anos-de-regulamentacao-da-profissao/>>. Acessado em 03 de agosto de 2019.

COGGIOLA, O.. *A Segunda Guerra Mundial: causas, estruturas e consequências*. Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: <<file:///C:/Users/usuario/Downloads/OCSegundaGuerraMundial.pdf>>. Acessado em 11 de abril de 2019.

COIMBRA, M., MEIRA, J.F.P., STARLING, M.B.L. *Comer e aprender: uma história da alimentação escolar no Brasil*. Belo Horizonte : MEC/INAE, 1982.

COSTA, N.M.S.C. Revisitando os estudos sobre a formação do nutricionista no Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 12, n. 1, p.5-19, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v12n1/v12n1a01.pdf>>. Acessado em 10 de novembro de 2018.

EDELMAN, B.. **A legalização da Classe Operária**. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

ESCUADERO, P.. Escola de Nutricionistas...80 anos na Argentina [Entrevista]. **Diaeta** vol.33, nº.153. Cidade Autônoma de Buenos Aires, dic. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1852-73372015000400003>. Acessado em 10 novembro de 2018.

FAUSTO, B.. **1930 - História do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FAUSTO, Boris. **O estado getulista: 1930-1945**. In: _____. História do Brasil. 8 ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

FERNANDES, F. 1986. **Que tipo de república?** São Paulo: Brasiliense.

GENTILE, F.. O fascismo como modelo: incorporação da “Carta Del Lavoro” na via brasileira para o corporativismo autoritário da década de 1930. Dossiê - O pensamento de Direita e Chauvinismo na América Latina. 2014.

GONÇALVES, P.. “Josué, nunca vi tamanha desgraça”. **Jornal A Nova Democracia**, ano II, nº 17, março de 2004. Disponível em: <<https://anovademocracia.com.br/no-17/870-josue-nunca-vi-tamanho-desgraca>>. Acessado em 10 de agosto de 2018.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 3 - Maquiavel: notas sobre o estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

KREIN, J.D.; OLIVEIRA, M.A.. Mudanças institucionais e relações de trabalho: as iniciativas do Governo FHC no período 1995 - 1998. Revista do TRT da 15ª Região — N. 22 — Junho, 2003.

L’ABBATE, S. As políticas de alimentação e nutrição no Brasil: I. Período de 1940 a 1964. **Revista de Nutrição da PUCCAMP**, Campinas, v.1, n.2, p.87-138, 1988.

LENIN, V. A revolução proletária e o renegado Kautsky. *In: Obras escolhidas*, vol.3. São Paulo, AlfaOmega, 1980.

LOPES, L.M.M.; SANTOS, S.M.P.. Florence Nightingale – Apontamentos sobre a fundadora da Enfermagem Moderna. **Revista de Enfermagem Referência**, III Série - n.º 2 - Dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S0874-02832010000400019&script=sci_abstract>. Acessado em 09 de novembro de 2018.

LOPÉZ, L.B.; POY, S.. História da Nutrição na Argentina: nascimento, esplendor e declínio do Instituto Nacional de Nutrição [Revisão de Trabalho]. **Diaeta**, vol.30, n°.140. Cidade Autônoma de Buenos Aires, jul./set. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1852-73372012000300006>. Acesso em 10 de novembro de 2018.

MAGALHÃES, R. **Fome: uma (re)leitura de Josué de Castro** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997. 92 p. ISBN 85-85676-35-3. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/3mr2s/pdf/magalhaes-9788575413968.pdf>>. Acessado em: 11 de setembro de 2018.

MARX, K.. **O Capital**. Boitempo; Edição: 2ª, vol. 1, 1 de janeiro de 2017. Disponível em: <<https://coletivocontracorrente.files.wordpress.com/2013/10/tmpsq7jbv.pdf>>. Acessado em 18 de janeiro de 2019.

MARX, K & ENGELS, F.. **Manifesto do Partido Comunista**. 1948.

NASCIMENTO, A. L.; ANDRADE, S. L. L. S. Segurança alimentar e nutricional: pressupostos para uma nova cidadania? **Ciência e Cultura**, v. 62, n. 4, p. 34-8, 2010.

NOGUEIRA, Oracy. Contribuição ao estudo das profissões de nível universitário no Estado de São Paulo. Tese de livre-docência, Osasco, Faculdade Municipal de Ciências Econômicas e Administrativas, 1967.

PELÁEZ, C.M.. **A balança comercial, a Grande Depressão e a industrialização brasileira**. R.B.E. 1/1968.

POULANTZAS, N. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

ROCHA, C.; BURLANDY, L.; MAGALHÃES, R.. **Segurança alimentar e nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios ...** Editora FIOCRUZ, 1º de janeiro de 2013.

ROSA, A.V.. **Agricultura e Meio Ambiente**. São Paulo: Atual, 1998.

SILVA, A.C.. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. **Estud. av.**, vol.9, no.23. São Paulo, Jan./Apr. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000100007>. Acessado em 15 de novembro de 2018.

SILVA, S.P. A trajetória histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na agenda política nacional: projetos, discontinuidades e consolidação. **Texto para discussão/ IPEA** - Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

SINDICATO DOS NUTRICIONISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SINERJ. **Jornal do Sindicato dos Nutricionistas**, ano 2, nº 1 - agosto de 1985.

SINDICATO DOS NUTRICIONISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SINERJ. **Jornal do Sindicato dos Nutricionistas**, ano 2, nº 2 - dezembro de 1985/janeiro de 1986.

SINDICATO DOS NUTRICIONISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SINERJ. **Boletim Informativo**, ano VII, nº 17, agosto, 2006.

SINDICATO DOS NUTRICIONISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SINERJ. **Edição CONBRAN**, maio, 2008.

SPINK, A.J.P.; Regulamentação das profissões de Saúde: o espaço de cada um. **Cadernos FUNDAP** - São Paulo, ano 5, nº 10, junho, 1985.

SUNKEL, O.; PAZ, P.. **El sudesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo**. 22. ed. México: Siglo XX Editores, 1988.

TOLOZA, D.C.. **Nutricionista: um histórico da profissão até os dias atuais**. Monografia. Brasília: UnB, 2003. Centro de Excelência em Turismo, Brasília, 2003. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/278/1/2003_DanielaCervoToloza.pdf>. Acessado em 20 de janeiro de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC. **A Segurança alimentar e nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)**. ABRANDH. Unidade I, 2010.

VASCONCELOS, M. A.; GARCIA, M. E.. **Fundamentos de Economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

_____. Um perfil de Nelson Chaves e da sua contribuição à nutrição em saúde pública no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 17(6):1505-1518, nov-dez, 2001.

_____. O nutricionista no Brasil: uma análise histórica. **Rev. Nutr.** 15 (2):127-38, Campinas, 2002.

VASCONCELOS, F.A.G.; CALADO, C.L.A.. Profissão nutricionista: 70 anos de história no Brasil. **Rev. Nutr.**, Campinas, 24(4):605-617, jul./ago., 2011a.

VASCONCELOS, F.A.G.; FILHO, B.M.. História do campo da Alimentação e Nutrição em Saúde Coletiva no Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 16(1):81-90, 2011b.

_____. As origens da participação da América Latina na Organização de Saúde da Liga das Nações, 1920 a 1940. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 13, n. 3, p. 555-70, jul.-set. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v13n3/01.pdf>>. Acessado em 10 de novembro de 2018.